



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**MARIA HERBENE DE SOUSA CORDEIRO**

**FORTALEZA  
2012**

MARIA HERBENE DE SOUSA CORDEIRO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Infantil da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista sob a orientação da Professora Ticiania Santiago de Sá.

**FORTALEZA  
2012**

MARIA HERBENE DE SOUSA CORDEIRO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Infantil da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

Aprovada em: 08/12/ 2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Ms. Ticiania Santiago de Sá  
Presidente/Orientadora  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Profª. Ms. Lis Albuquerque Melo  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Profª. Ms. Camila Barreto Silva  
Prefeitura Municipal de Fortaleza – Ce.

Dedico a João e Conceição (em memória), meus pais. A Bete, Eliete, Nerônio e Daniel meus irmãos. A vocês amigo e amiga que tanto me deram forças. A Heriany, Anniery , Jovita Leeny, João Antonio e Maryellen os verdadeiros e fiéis amores da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A JESUS CRISTO, o todo poderoso que está sempre comigo, iluminando meu caminho, alimentando meu espírito;

As minhas filhas, Heriany, Anniery e Jovita Leeny, pela paciência, amor e compreensão em minhas ausências para estudo;

Aos meus irmãos, Bete, Eliete, Neronio e Daniel, pela atenção e o cuidado com minhas filhas no decorrer do período de estudo e de pesquisa;

A minha orientadora Ticiania Santiago, pela compreensão, disponibilidade e orientação na elaboração desse trabalho;

A secretária de educação do município de Pacatuba, que deu todo o apoio necessário para a realização desse sonho;

As minhas professoras da pós-graduação, pelos grandes ensinamentos que me proporcionaram ao longo do curso;

Aos amigos e principalmente a você vida, que tanto me deu força, quando eu pensava em desistir;

Enfim, a todos aqueles que estiveram comigo ao longo dessa caminhada, e que com palavras de carinho e incentivo me ajudaram a seguir em frente.

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino”. (Mário Quintana)

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo identificar quais as concepções das professoras e da coordenadora pedagógica da Educação Infantil sobre inclusão escolar. A base teórico-metodológica apóia-se na Teoria Sócio-interacionista de Desenvolvimento e Aprendizagem Humana, a partir dos estudos de Lev Semiónovitch Vygotsky e em autores que se ocuparam desta temática. Vygotsky, representante do Sócio-Interacionismo postula que o professor deve ser um mediador entre o aprendiz e o conhecimento. O autor trabalha com a noção de que a relação homem-mundo não é uma relação direta, mas essencialmente mediada. Com a educação inclusiva, a mediação adquire um caráter de grande importância, uma vez que abrange três questões imprescindíveis ao processo de construção do conhecimento que é o aluno, o professor e a cultura. Sendo assim, o autor considera também que as interações sociais são fundamentais para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem. Em contato com outras crianças e vivenciando as interações mediadas pelas professoras o desenvolvimento pleno das crianças com necessidades educacionais especiais poderá ter mais chance de acontecer. Para coletar dados sobre a temática foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com duas professoras e uma coordenadora pedagógica e um esboço de análise do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil (CEI) pertencente a rede pública de ensino do município de Pacatuba – Ce. A análise do material coletado possibilitou as seguintes conclusões: indicaram que a falta de formação técnica e pedagógica das professoras para ensinar as crianças com necessidades educacionais especiais é um dos obstáculos que precisa ser enfrentado; com relação ao trabalho desenvolvido em sala de aula, as professoras demonstraram insegurança, por desconhecerem as estratégias de ensino adequadas para cada criança de acordo com suas especificidades; quanto ao Projeto Político Pedagógico, este apenas garante a matrícula das crianças inclusas, quando se refere ao Art.53. Inc.III do Estatuto da Criança e Adolescente no que diz respeito a igualdade de condições para o acesso e permanência de todos na escola e o atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades educacionais especiais de preferência na rede regular de ensino. Como sugestões se destacaram: necessidade de orientação pela equipe multidisciplinar, formação continuada, melhoria da infra-estrutura, recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto a alunos com necessidades educacionais especiais, além do apoio da família e da comunidade. Os dados permitiram então, identificar aspectos necessários à efetivação da proposta inclusiva. Constatou-se enfim, que a concepção de inclusão vigente na instituição, apesar do apoio técnico da equipe que compõe o Núcleo de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal da Educação de Pacatuba, ainda tende ao acolhimento, pois a implementação da inclusão requer o preparo da instituição em vários aspectos, inclusive dos profissionais que ali atuam.

**Palavras – Chave:** Educação Infantil, Inclusão escolar, Interações sociais.

## **ABSTRACT**

The research aimed to identify the conceptions of teachers and educational coordinator of early childhood education on school inclusion. The theoretical and methodological base rests on socio-interactionist theory of Human Development and Learning, from studies of Lev Vygotsky Semionovitch and authors who have addressed this issue. Vygotsky, representative of Socio-interactionism posits that the teacher should be a mediator between the learner and knowledge. The author works with the notion that the relationship between man and the world is not a direct relationship, but essentially mediated. With inclusive education, mediation acquires a character of great importance, since it covers three issues essential to the process of knowledge construction that is the student, the teacher and culture. Thus, the author also believes that social interactions are essential for human development and learning. In contact with other children and experiencing the interactions mediated by the teachers the full development of children with special educational needs may be more likely to happen. To collect data on the subject were conducted semi-structured interviews with two teachers and an educational coordinator and an outline of Project Political analysis of the Early Childhood Center (ERC) belonging to public schools in the municipality of Pacatuba - Ce. The analysis of the collected material allowed the following conclusions indicated that the lack of technical and pedagogical training of teachers to teach children with special educational needs is one of the obstacles that must be faced; regarding work in the classroom, teachers demonstrated insecurity, through ignorance of teaching strategies appropriate for each child according to their specificities, as the Political Pedagogical Project, this only ensures the registration of children included when referring to Art.53. Inc.III the Statute of Children and Adolescents with regard to equal conditions for access and permanence of all the school and specialized educational services to people with special educational needs preferably in the regular school system. As suggestions are highlighted: the need for guidance by the multidisciplinary team, continuing education, improving infrastructure, adequate teaching resources, previous experience with students with special educational needs and the support of family and community. The data allowed then identify aspects necessary to effect the proposed inclusive. It was found at last, that the prevailing conception of inclusion in the institution, despite the technical support team that makes up the Center for Inclusive Education of the Municipal Education Pacatuba, still tends to host, for the implementation of inclusion requires the preparation of the institution in several respects, including the professionals who work there.

Keywords: kindergarten, school inclusion, social interactions.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	6
<b>ABSTRACT</b> .....	7
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	9
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1.OBJETIVOS.....	19
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	20
2.1.Vygotsky e a Inclusão: Zona do Desenvolvimento Proximal.....	20
<b>3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO</b> .....	23
3.1.Educação Inclusiva no Brasil: breve histórico.....	24
3.2. Educação Infantil: A Porta de Entrada para a Inclusão.....	29
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	34
4.1. Tipo de Pesquisa.....	34
4.1.1. Entrevista semi-estruturada.....	34
4.1.2. Análise Documental.....	36
4.2. Descrevendo o Contexto.....	38
4.3. Procedimentos de Coleta de Dados.....	41
4.4. Procedimentos de Análise de Dados.....	42
<b>5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	43
5.1. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva.....	44
5.2. Experiências na Área da Inclusão.....	45
5.3. Concepções das Professoras/Coordenadora Pedagógica sobre a Inclusão Escolar.....	46
5.4. Formação Continuada.....	49
5.5. Organização da Estrutura Física e Pedagógica.....	51
5.6. Projeto Político Pedagógico da Instituição.....	52
5.7. Atuação do Suporte Pedagógico na Instituição.....	54
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	58
<b>8. ANEXOS</b> .....	61

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS QUANTO AO NOME, IDADE, FORMAÇÃO, TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CARGO QUE OCUPAM.....	36
QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA PESQUISA.....	38
QUADRO 3 - MATRIZ DAS CATEGORIAS.....	49

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade os temas relacionados à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no processo educacional têm sido bastante discutidos proporcionando assim intensa reflexão e numerosos artigos, trabalhos científicos, questionamentos e muitas dúvidas, entre tantas se encontra a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas turmas regulares. Toda essa mobilização em prol da inclusão escolar se deve aos movimentos sociais que aconteceram nos últimos anos.

Dentre os vários movimentos podemos destacar a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que aconteceu em Jomtien na Tailândia em 1990; o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; a Convenção da Guatemala (1999); o Fórum Mundial sobre a Educação, realizado em Dakar, Senegal (2000); o Plano Nacional de Educação, artigo 1º que institui as Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001). Todos esses movimentos contribuíram para que os países do mundo inteiro passassem a defender cada vez mais a educação como um direito inalienável, capaz de proporcionar aos cidadãos os conhecimentos necessários para viverem dignamente.

A partir da Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular passou a ser tema de pesquisas e de discussões acerca da execução das diretrizes traçadas na referida declaração. A expressão “inclusão escolar” tem suscitado polêmica no sistema educacional brasileiro, devido a falta de preparo da estrutura física e pessoal para receber e atender dignamente as crianças com necessidades educacionais especiais.

Com relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica aponta que “o atendimento educacional oferecido pela Educação Infantil pode contribuir significativamente para o sucesso escolar desses educandos”. (MEC, SEESP, 2001, p.56). Nessa etapa as interações entre as crianças e os adultos devem acontecer constantemente, cabendo então as professoras planejarem atividades onde todos possam interagir, onde as oportunidades de aprendizagem sejam para todos, inclusive para as crianças com necessidades educacionais especiais.

Atendendo a legislação as instituições educacionais estão abrindo as suas portas para as crianças com necessidades educacionais especiais, cabendo agora aos governantes, grupos sociais engajados na problemática, pais, professores e escolas mobilizarem-se no sentido de que sejam promovidas políticas direcionadas para a operacionalização da proposta de inclusão escolar.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo identificar qual a concepção das professoras e da coordenadora pedagógica da Educação Infantil sobre a inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais, procurando identificar como as professores estão mediando o processo ensino aprendizagem dessas crianças, os principais desafios apontados pelas professoras para que a inclusão aconteça também serão compreendidos, assim como, a Proposta Pedagógica da Instituição, procurando analisar a abordagem dada ao tema.

Participaram da pesquisa duas professoras e uma coordenadora pedagógica atuantes em um Centro de Educação Infantil, da rede municipal de ensino de Pacatuba, que tem em seu corpo discente, crianças inclusas. Todas se encontram na faixa etária de 34 a 38 anos de idade.

A escolha das professoras baseou-se nos seguintes critérios: as profissionais deveriam ter em suas turmas regulares crianças inclusas ou já ter trabalhado com elas, no caso da coordenadora, a sua escolha se deu por entender que ela exerce um papel importante no cotidiano escolar. Como agente responsável pelos encaminhamentos pedagógicos junto às professoras sua contribuição para a pesquisa foi bastante valiosa.

A finalidade da pesquisa é procurar identificar quais as idéias que essas profissionais têm sobre inclusão escolar, em especial na Educação Infantil. Neste sentido se levantou as seguintes questões as quais constituem os eixos norteadores da pesquisa:

- Quais as concepções das professoras e da coordenação pedagógica sobre inclusão?
- Como as professoras estão organizando as situações de aprendizagem em sala, levando em conta a diversidade de seus alunos?
- O Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada contempla a inclusão?

Para chegar ao objetivo proposto, optou-se como metodologia de trabalho a entrevista semi-estruturada e a análise documental. Com a aplicação dos dois instrumentos e a análise dos resultados, identificou-se qual a concepção das professoras e coordenadora pedagógica da educação infantil sobre inclusão, e o que elas pensam e como agem diante deste desafio.

Enquanto pedagoga, psicopedagoga, supervisora e formadora do eixo de Educação Infantil do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), ao se deparar com um número considerável de crianças inclusas nas salas de Educação Infantil surgiu o interesse de ir a campo investigar o que as professoras pensam sobre o ingresso dessas crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil.

Ao atuar como supervisora pedagógica de seis creches públicas municipais é comum se presenciar situações onde crianças indisciplinadas e com dificuldades de aprendizagem são rotuladas pelas professoras de “especiais”, após esse falso diagnóstico se inicia uma mobilização em busca de um laudo médico para confirmação. Caso seja confirmada a “deficiência”, termo que é bastante utilizado, os pais na maioria das vezes são convidados para matriculem seus filhos nas salas da Educação Especial, tirando delas a rica oportunidade de conviver e aprender com as outras crianças.

Preocupada com essa situação a pesquisadora procurou ampliar seus conhecimentos na área de inclusão, cursou a especialização em psicopedagogia e fez cursos de extensão na área de inclusão escolar, para que pudesse ter subsídios para orientar as professoras da Educação Infantil. É importante aqui frisar que só os conhecimentos a respeito da inclusão escolar não bastam, outros fatores como a estrutura física, a postura ética e não preconceituosa das professoras e uma proposta pedagógica que também esteja a serviço da inclusão influenciam no processo de inclusão.

A pesquisa buscou embasamento teórico nos trabalhos de Vigotsky sobre o desenvolvimento infantil e também em autores como Gema e Palácios (2007), Rosa (2002), Abramowicz (2006), Mantoan (2008), eles em suas obras fazem abordagens sobre a inclusão, ao planejamento educativo diversificado, ou seja, as estratégias de ensino que devem ser traçadas, de forma que todos os alunos independente da sua situação desenvolvam suas capacidades, sem também deixar de mencionar documentos e guias de consulta como Orientações Curriculares para a Educação Infantil (SEDUC, 2011), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Revista da Educação Especial (MEC/SEESP, 2008),

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC/SEF, 1998) e o Estatuto da criança e do Adolescente (1986).

Vale enfatizar que a base do desenvolvimento da pesquisa se constituiu essencialmente, da teoria sócio-interacionista de desenvolvimento humano, a partir dos estudos de Vygotsky. A opção pelo sócio interacionismo se deu em decorrência da busca de uma abordagem que conceba a criança como um ser histórico e de direitos. Sujeito ativo, construtor do seu conhecimento através das interações com outro e com o meio social em que se encontra inserido.

Vygotsky desde cedo, ainda na década de 20, defendia a idéia do atendimento educacional de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular. Era um defensor da não exclusão das crianças, adolescentes e adultos com deficiência, do convívio social, na escola, primeiramente, e, depois, nas esferas mais amplas da vida em sociedade.

A teoria vygotskyana sustenta que para entender o desenvolvimento infantil é necessário partir daquilo que a criança consegue fazer sozinha. Isto é denominado de nível de desenvolvimento real, ou seja, capacidade de realizar as atividades sem ajuda de uma pessoa mais experiente. O nível de desenvolvimento potencial se refere a capacidade da criança de realizar tarefas com a ajuda de adultos ou companheiros mais capazes.

Surge então o conceito de “zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que refere-se a distância entre aquilo que a criança é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza com a colaboração dos outros componentes de seu grupo de convívio. É na zona de desenvolvimento proximal que as funções psicológicas amadurecem para se consolidar em seu nível de desenvolvimento real. Foi a partir desse conceito que Vygotsky investiu no desenvolvimento de sujeitos ou melhor de crianças com necessidades educacionais especiais bem acentuadas. Nas obras do autor percebe-se sua crença nas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos com necessidades educacionais especiais.

Vygotsky defende a importância da convivência social da criança com necessidades especiais com outras crianças sem necessidades especiais, pois através dessas situações de heterogeneidade e de riqueza de trocas sociais a criança encontrará as condições para o desenvolvimento das funções psicológicas elementares e superiores. Imagine-se o que

significaria a convivência predominante da criança em escolas ou classes especiais, possivelmente os horizontes de aprendizagem e de sucesso escolar seriam bastante restritos.

As idéias de Vygotsky (1995) contribuem para que se acredite na importância da inclusão para o desenvolvimento. A convivência com o coletivo poderá contribuir de forma positiva para o desenvolvimento social e pedagógico da criança com necessidades educacionais especiais, bem como para as demais.

Apesar de todo aparato legal, que formaliza a entrada das crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, ainda estamos distantes da escola ideal, pois esta precisaria contar com professores e demais profissionais da educação capacitados para trabalhar com a inclusão, além da disponibilidade de materiais pedagógicos específicos e de uma equipe especializada, composta de psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogos para apoiar os docentes e acompanhar as crianças e finalmente uma estrutura física adequada para acolher esses cidadãos.

De acordo com a Constituição Federal nos termos do art.205, inciso I, alínea a, que trata do princípio da inclusão, a realidade plural dos alunos deve encontrar na sala de aula, o espaço adequado para aprendizagem da convivência entre diferentes e isso poderá ser possível quando se superar as situações adversas citadas anteriormente. Mesmo ainda não tendo as condições mais favoráveis para o sucesso da inclusão escolar, aos poucos estão sendo vencidas as idéias de que as crianças com necessidades educacionais especiais são inválidas, as salas de aula com crianças inclusas vem aumentando a cada dia.

Hoje a maioria das escolas públicas do município de Pacatuba atende crianças com necessidades educacionais especiais, há pouco tempo dificilmente essas crianças freqüentavam a escola, outro fato importante foi a criação pela Secretaria Municipal da Educação do Núcleo de Educação Inclusiva, equipe responsável pelo acompanhamento do processo inclusivo nas instituições educacionais.

A inclusão não pode e nem deve ser mais ignorada. Porém é preciso primeiramente saber o que os profissionais envolvidos diretamente com as crianças com necessidades educacionais especiais pensam sobre o assunto e como estão no presente momento vivenciando o processo inclusivo. É bom aqui, lembrar que o despreparo dos professores e gestores e o pouco ou quase nenhum conhecimento dos pais sobre a inclusão não poderiam e nem deveriam ser usados como desculpas para que a inclusão não ocorra.

Ao receber os conhecimentos sobre o assunto transmitidos e defendidos pela professora Cristina Façanha Soares<sup>1</sup>, na disciplina Cotidiano e Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil, Unidade III, Educação Infantil e Diversidade, como parte integrante da grade curricular do Curso de Especialização em Educação Infantil do qual participei, na condição de aluna, me senti motivada a realizar a presente pesquisa, que tem como foco principal a preocupação em saber que idéias professoras e coordenação pedagógica tem sobre inclusão.

Nas formações das professoras da Educação Infantil do município de Pacatuba, realizadas através do Programa de alfabetização na Idade Certa – PAIC, na condição de formadora no tempo dedicado aos relatos de experiências, se observa que as professoras da Educação Infantil em suas falas queixam-se diante da impotência por não saberem lidarem com as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais que são inseridas em suas turmas.

Quando se busca a qualidade e a universalização do ensino, pontos como a formação dos professores para atuarem nas turmas que tem crianças com necessidades educacionais inclusas e a acessibilidade, ou seja, as condições favoráveis para a locomoção e aquisição das aprendizagens não deveriam ser esquecidos. Além dos pontos citados a escola de qualidade deve procurar atender as necessidades de todas as crianças, sem discriminá-las, não somente porque a legislação obriga, mas porque acredita no potencial dos seus educandos.

Para Correia (2011), a escola deve procurar exercer suas atividades tendo em vista a prestação de um ensino de qualidade. Este ensino de qualidade terá a ver, necessariamente, com alunos sem necessidades especiais e alunos com necessidades especiais, já que todos independente das condições em que se encontram devem ter seus direitos garantidos. Percebe-se que a escola nos últimos tempos vem mudando a sua postura quando se trata de inclusão, mas se precisa de um investimento maior e de vontade política para que se possa oferecer uma educação de qualidade para todos.

Por ter um papel importante em qualquer instituição educacional o Projeto Político Pedagógico, instrumento que é utilizado pela escola para documentar e nortear todas as ações desenvolvidas no ambiente escolar seja de caráter político pedagógico, administrativo ou

---

<sup>1</sup> Doutora; professora do curso de especialização em Educação Infantil da Universidade Federal do Ceará; grupo de pesquisa que atua na instituição, Desenvolvimento, Linguagem e Educação da Criança – UFC. Linhas de pesquisa: Escola e Educação Inclusiva.



organizacional foi objeto de análise da pesquisadora. Nele são contempladas as ações, atividades e compromisso com o ensino aprendizagem das crianças independentemente de suas necessidades e limitações, portanto também deve trazer concepções que permitam a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

Visando a qualidade do ensino o governo do Estado do Ceará, implantou o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, contando com a adesão dos municípios, através de um pacto de cooperação.

O compromisso dos municípios cearenses no PAIC envolve ações direcionadas para a valorização e profissionalização dos professores, redimensionamento de recursos financeiros, revisão de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, definição de critérios técnicos para a seleção de gestores escolares, implantação de sistemas municipais de avaliação de aprendizagem das crianças, ampliação do acesso à educação infantil, e adoção de políticas locais para incentivar a leitura e a escrita.

De posse dos conhecimentos adquiridos através das formações continuadas, cabe aos municípios implantar e acompanhar o desenvolvimento e os resultados. Desde sua implantação há quatro anos, o Programa Alfabetização na Idade Certa vem dando bons resultados, a grande maioria dos municípios cearenses alcançou bons índices, inclusive Pacatuba, conforme os dados publicados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora – MG), órgão responsável pela elaboração, aplicação e divulgação dos resultados do SPAECE-ALFA (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), avaliação anual, externa e censitária que visa identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública (estaduais e municipais).

Tratando-se de educação inclusiva, a Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação a Distância oferecem o curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, realizado em parceria com a Universidade Federal do Ceará, que efetiva um grande projeto de formação continuada de professores através do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as

barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

Quanto às salas do AEE (salas de recursos multifuncionais), que funcionam no contraturno trata-se de uma experiência nova, no município de Pacatuba, portanto ainda não foram divulgados dados sistematizados que possam comprovar a eficácia desse atendimento, o que temos observado de concreto até o presente momento é o aumento de inclusões nas salas regulares, informação obtida através do Núcleo de Estatística e Planejamento da Secretaria Municipal da Educação de Pacatuba.

No município de Pacatuba a Secretaria Municipal de Educação conta com o Núcleo de Educação Inclusiva que é composto por psicólogas, psicopedagogas e assistentes sociais, além de um grupo de pedagogas que foram capacitadas para trabalhar no AEE (Atendimento Educacional Especializado, regulamentado pelo Decreto Nº 6571 de 17/09/2008).

O Núcleo de Educação Inclusiva atende às escolas da rede pública municipal de ensino, tendo como público alvo os alunos com necessidades educacionais especiais e suas famílias, além das visitas domiciliares e orientação sócio-familiar e o apoio psicológico e psicopedagógico dado aos alunos inclusos, o núcleo ainda realiza eventos como: passeatas, panfletagem e campanhas de sensibilização, que segundo a coordenação do referido núcleo o objetivo é sensibilizar a população, para que esta também possa contribuir com o processo de inclusão.

Apesar dos avanços, que se tem observado nos últimos tempos, ainda é marcante o preconceito arraigado na sociedade brasileira, a qual precisa ser conscientizada do quanto às crianças que estão excluídas necessitam ser integradas ao meio social e educacional. Para Arantes (2006, p.23), “o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência”. Infelizmente as crianças com necessidades educacionais especiais foram e ainda são excluídas do sistema regular de ensino, apesar de terem a sua entrada e permanência na escola assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

Para que haja um processo de mudança de concepções a respeito da inclusão, cujo resultado possa ser o reconhecimento e a valorização das diferenças, as unidades escolares e a sociedade deveram abandonar os preconceitos e lutarem para fazer valer as leis que protegem essa importante parcela da população.

A “Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Sendo assim, as Instituições educacionais, espaços onde as relações sociais e, as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional acontecem não deveriam fechar as portas para as crianças com necessidades educacionais especiais, quando são excluídas do processo educacional está obviamente sendo negado o seu direito à educação, proclamadas na declaração acima citada e reconfirmada pela Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990).

Por ser a educação também um direito das crianças com necessidades educacionais especiais, cresce a preocupação com a inclusão dessas crianças, pois independente da situação em que elas se encontram, seus direitos devem ser garantidos. Aqui vale ressaltar que o papel da professora da Educação Infantil diante da inclusão é de suma importância, pois a criança está ingressando na escola, portanto necessita se sentir segura e acolhida. Figueiredo (2010, p.58) considera que “o acolhimento é garantido quando o professor faz o acompanhamento das estratégias utilizadas pelas crianças em suas aprendizagens sendo capaz de ouvi-las manifestando interesse e afetividade por elas”. Também é importante que estes aspectos estejam presentes nos momentos em que as crianças interagem uma com as outras.

Descrever e analisar como o educador de creches desenvolvia seu trabalho com alunos portadores de necessidades especiais inseridos em suas turmas foi o objetivo do estudo realizado por (MENDES, 2005). Feita a análise, as evidências apontaram que os educadores em geral, pareceram levados a não oferecer o suporte necessário para que as crianças com necessidades educacionais especiais interajam e participem das atividades. Os resultados indicaram que o educador precisaria dar maior atenção às situações da brincadeira livre, pois a falta de intervenção no decorrer desta atividade pareceu aumentar a probabilidade de isolamento e de interações negativas entre as crianças.

A escola tem um papel fundamental na formação integral das crianças que ela recebe e, por isso é importante que sejam incorporadas nas praticas cotidianas algo que enriqueça as relações entre as crianças, possibilitando desde cedo à convivência justa e harmoniosa com as diferenças.

Para que isso aconteça os professores deveriam compreender e conceber a inclusão como algo inevitável, diante disso os cursos de formação inicial e continuada é uma excelente

via para levar o conhecimento sobre esse tema até o professor. O Art. 59º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inclusiva (2010, p.12), em seu inciso III assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Com este projeto de pesquisa se pretendeu analisar as concepções dos professores de Educação Infantil sobre a inclusão, o que pensam e como agem diante deste desafio, já que esses profissionais são responsáveis pela educação escolar destes cidadãos, considerados ainda, por muitos, incapacitados.

O presente estudo está organizado em cinco partes. A primeira é composta por uma introdução onde estão especificados os objetivos e a problematização sobre o tema: a inclusão de crianças com necessidades educacionais na educação infantil; a segunda parte trata do referencial teórico, que traz em sua estrutura a apresentação e discussão dos construtos teóricos, em destaque Vygotsky e a teoria sócio-interacionista, que é de grande relevância no neste trabalho.

Na terceira parte do trabalho intitulada: A Educação Infantil e a Inclusão é apresentado então, um breve histórico da educação inclusiva no Brasil e a educação infantil como porta de entrada para a inclusão; na quarta parte traçamos a metodologia, destacando o tipo de pesquisa realizada, a descrição do contexto onde a pesquisa foi realizada, o perfil dos participantes é citada às fontes de informações e a forma como foram coletados e analisados os dados.

Finalmente, na quinta parte é apresentada a descrição e análise dos dados, concluindo-se com a apresentação das considerações finais.

Com os depoimentos das professoras e coordenadora pedagógica se espera obter subsídios relevantes para a compreensão de como está ocorrendo o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nas turmas de Educação Infantil. A LDB/1996 aponta que é direito de todos à educação, portanto com os resultados obtidos, pretende-se também contribuir para a conscientização e sensibilização da sociedade civil e dos governos para a efetivação da inclusão escolar.

## 1.1.OBJETIVOS

### GERAL

O Objetivo Geral da presente pesquisa é:

- Identificar quais as concepções das professoras e da coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil (CEI) sobre inclusão escolar.

- **ESPECÍFICOS**

Nesta pesquisa, os Objetivos Específicos que se pretende atingir são os seguintes:

- Identificar como as professoras estão mediando o processo ensino aprendizagem das crianças com e sem necessidades educacionais especiais;
- Compreender os principais desafios apontados pelos professores para que a inclusão aconteça;
- Analisar a abordagem dada ao tema: A Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil na Proposta Pedagógica do Centro de Educação Infantil (CEI).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As idéias sobre desenvolvimento e aprendizagem apresentadas nesta parte são fundamentadas na concepção sócio histórico-cultural de Vygotsky (1994). Nela se acredita que o individuo aprende e se desenvolve a medida que interage com o meio e com os outros indivíduos ,o que se denominou de zona do desenvolvimento proximal (ZDP).

### 2.1. Vygotsky e a Inclusão: Zona do Desenvolvimento Proximal

O deficiente recebe maus-tratos do berço à sepultura. Acham que para servir à nação ele não está a altura. È por isso que é discriminado nos convívios até na cultura. È na escola e no trabalho é vítima de maus-tratos. Parecem especulações, mas são factos reais.

Zambeze

Infelizmente Zambeze tem certa razão quando fala que as pessoas com necessidades educacionais especiais são discriminadas desde os seus primeiros dias de vida. Apesar das campanhas a favor da inclusão, a sociedade ainda não concebeu por completo a idéia.

As proposições de Vygotsky (1993) na área da Defectologia levaram o autor a propor que o desenvolvimento de uma criança com necessidades educacionais especiais representa, sempre um processo criativo e que essa criança apresenta meios particulares de processar o mundo, ou seja, ela adquire habilidades que facilitarão a sua convivência e o seu desenvolvimento. Portanto o processo inclusivo torna-se mais eficaz quando as concepções das pessoas envolvidas no cotidiano dessas crianças as levam a crer que a inclusão só traz benefícios para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais.

Pode-se afirmar que a convivência dessas crianças desde cedo no ambiente escolar é importante para o seu desenvolvimento, pois interagindo com as outras crianças suas aprendizagens poderão ampliar.

Entre o desenvolvimento e as possibilidades de aprendizagens dessas crianças há uma significativa relação. Para melhor explicar como se processa essa relação, Vygotsky apresenta o conceito de zona do desenvolvimento proximal (ZDP), situando a importância do relacionamento social dentro da diversidade de níveis de aprendizagem e desenvolvimento e trocas de experiências em um espaço cultural.

Vygotsky (1984) compreende dois níveis de desenvolvimento humano: o real e o potencial. O primeiro se refere a uma condição em que a criança já consegue sozinha realizar uma tarefa – a aprendizagem, neste, caso já está consolidada. Já o segundo, o potencial, indica uma condição de desenvolvimento em que a criança para executar uma tarefa, necessita da colaboração do adulto ou de seus pares mais experientes.

Sendo o homem um ser eminentemente social, ele necessita comunicar-se com os outros, portanto as interações entre as crianças portadoras de necessidades especiais e as não portadoras, são importantes para a construção do conhecimento de ambas. Com a ajuda mútua conseqüentemente as capacidades individuais desses sujeitos poderão ser ampliadas.

De acordo com os princípios e fins da educação nacional contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), a educação, como processo intencional deve propiciar ao educando, o seu pleno desenvolvimento (físico, psicológico, cognitivo e social), a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação profissional. A lei em nenhum momento exclui as crianças com necessidades educacionais especiais, portanto a elas devem ser dado o direito de se desenvolver e aprender como as outras crianças.

Ainda com relação à inclusão das crianças citadas no parágrafo anterior, as Orientações Curriculares para a Educação Infantil afirma que:

O desenvolvimento da criança é assim um processo conjunto, ou seja, feito em parceria com outros seres humanos, e ocorre em diferentes contextos sociais, ao longo de sua experiência nas práticas culturais de sua comunidade, assim como as práticas criadas nas instituições educacionais. (SEDUC, 2011, p.17)

Portanto não se devem isolar essas crianças tirando ou negando a oportunidade de usufruírem do convívio social e de se desenvolverem juntamente com seus parceiros.

O Centro de Educação Infantil (CEI) apresenta-se atualmente como uma instituição que tem como missão principal cuidar e educar as crianças de 0 a 3 anos de idade, sendo um direito e uma opção dos pais, firmado na Constituição Federal de 1988. Conforme a visão sócio-interacionista, o CEI deve oferecer a todas as crianças independente de suas condições a oportunidade de vivenciarem juntas, experiências enriquecedoras e significativas, pois o saber deve ser garantido a todos.

De acordo com a concepção sociocultural de desenvolvimento, a criança não deveria ser isolada de seu contexto social e cultural, já que seus vínculos com as outras crianças fazem parte da sua própria natureza como ser social. No decorrer das primeiras fases do desenvolvimento do ser humano, a escola é um dos espaços sociais onde a convivência com o outro é inevitável.

É nesse espaço social e educacional denominado escola que as crianças com necessidades educacionais especiais, deverão ter a oportunidade de aprenderem como todas as outras crianças. Para que isso ocorra o percurso denominado zona do desenvolvimento proximal, que é um movimento que possibilita a aquisição de aprendizagens através das interações, ou seja, da colaboração entre os pares não deverá ser ignorado.

Conforme a abordagem sócio-interacionista de Vygotsky, o desenvolvimento humano se dá em relação nas trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação. A interação social, a referência do outro é fundamental para a construção do conhecimento. Para Vygotsky, o aluno é capaz de fazer mais quando pode contar com a ajuda de outra pessoa (pais, professores, colegas) do que faria sozinha, sendo assim as atividades a serem realizadas devem estar voltada para a ZDP, onde estão as capacidades e habilidades.

(...) é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possam aperfeiçoar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p.29).

Nessa perspectiva se pode dizer que as professoras de Educação Infantil têm um papel importante na condução da aprendizagem das crianças que estão sendo inclusas em suas turmas, algumas práticas escolares inclusivas precisam ser adotadas, como: a extinção da avaliação de caráter classificatório e quantitativo; a adoção do acompanhamento da evolução de acordo com o ritmo próprio de cada aluno; a não adoção do ensino adaptado para alguns alunos e sim um ensino diferenciado para todos os alunos; a substituição de um currículo fragmentado por um currículo integrado que proporcione uma visão do todo.

Segundo Rocha (2005) lidar com o diferente é essencial para a socialização de todos, incluindo os alunos com necessidades especiais, já que o objetivo maior da educação é contribuir para a formação de adultos atuantes em nossa sociedade. Conscientes das diferenças e semelhanças, direitos e obrigações sociais, existentes entre eles e os outros. Somente se inserido nesse contexto a criança portadora de necessidades especiais poderá desenvolver suas potencialidades.

### **3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO**

A preocupação com a educação das crianças com necessidades educacionais especiais se tornou evidente nos últimos anos. Há algum tempo atrás essas crianças eram vistas como, monstros, pessoas possuídas pelo demônio e outras barbaridades, diante disso, as famílias isolavam essas crianças, que acabavam sem o direito a educação.

De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil (2011, SEDUC, p.38), “[...] as interações que as crianças estabelecem com outras crianças são os recursos mais importantes para a promoção de aprendizagens.” Neste sentido, com o isolamento é tirada das crianças com necessidades educacionais especiais a oportunidade de aprenderem através de ações compartilhadas, ou seja, das interações com as outras crianças.

As interações estabelecidas pelas crianças, quando bem mediadas pelos adultos, neste caso pelas professoras resultarão provavelmente em uma gama de aprendizagens. A criança



pequena é capaz de aprender através das suas próprias experiências, porém aprenderá com mais rapidez se interagir com outras pessoas. Vygotsky ao conceituar a zona do desenvolvimento proximal deixa bem claro que, as crianças adquirem a aprendizagem e desenvolvem-se melhor quando interage com outras crianças, com os adultos e com o meio.

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa escolar a ser vivenciada, se espera que nela todas as crianças, sem exceção, possam ter contato com inúmeras experiências e conteúdos que venham a contribuir para a aprendizagem, desenvolvimento e participação social destes pequenos cidadãos.

Apesar de ainda haver resistências quanto à inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais, principalmente na Educação Infantil, temos nos deparado no momento atual com uma realidade bastante positiva, gradativamente as instituições de Educação infantil estão abrindo as portas para essas crianças.

De acordo Figueiredo (2006, p. 12 apud FIGUEREDO, BONETI, POULIN, 2010, p. 157) “a escola que inclui é a escola que acolhe e garante o espaço de aprendizagem e de crescimento para todos os alunos.” Isso implica dizer que a inclusão de crianças com necessidades educacionais na vida escolar é um ato de grande responsabilidade, pois a instituição educacional ao acolher essas crianças, precisará oferecer e garantir a todas elas, desde a Educação Infantil a oportunidade de desenvolverem-se plenamente, ressaltando que o ritmo de aprendizagem e as características próprias de cada um deverão ser respeitados.

O Brasil vem ao longo do tempo implantando políticas públicas e criando dispositivos legais que possam garantir a universalização da escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem de todos os brasileiros.

### **3.1. Educação Inclusiva no Brasil: breve histórico dos marcos legais**

Caminhando e cantando e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados ou não. Nas escolas, nas ruas, campos e construções. Caminhando e cantando e seguindo a canção. Vem vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora não espera acontecer...

Geraldo Vandré

No Brasil, os atendimentos às pessoas com necessidades educacionais especiais, iniciaram-se durante a época do Império através da criação de duas instituições especializadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (hoje, Instituto Benjamin

Constant - IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, (hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES), ambos na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Campos (2010, p.133), no início do século XX, em 1932, Helena Antipoff com a ajuda de médicos, educadores e religiosos, funda em Belo Horizonte a Sociedade Pestalozzi, com a finalidade de assistir a crianças excepcionais e abandonadas, promover estudos sobre os distúrbios psicológicos, deficiências e doenças mentais, e capacitar professoras para atuarem em turmas especiais das escolas públicas. Em 1934, é criado o Instituto Pestalozzi, escola destinada a crianças excepcionais, termo utilizado na época quando se tratava de crianças com necessidades educacionais especiais. É fundada em 1954 a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

A partir da década de 60, proclamada a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) a legislação brasileira torna prioritária, no sistema regular de ensino, em turma comum desde que tenha apoio de sala de recursos, e/ou de professores itinerantes, para as adaptações e complementações curriculares específicas o atendimento educacional a alunos com necessidades educacionais especiais.

Na década de 70, ainda que, timidamente, iniciou no Brasil a formação de professores em nível de educação superior, incluindo uma parte comum, com disciplinas de formação pedagógica e uma parte diversificada com disciplinas específicas ministradas através de aulas teóricas e práticas. Neste período a Lei nº 5.692/71 determinava “tratamento especial” para crianças com necessidades educacionais especiais, mas como do sistema de ensino devido a sua organização não foi capaz de atender as necessidades educacionais especiais, acaba mesmo é reforçando o ingresso dessas crianças nas classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o primeiro órgão federal de política específica para os alunos com necessidades educacionais especiais. O Centro tinha como perspectiva integrar os alunos “deficientes” e superdotados que acompanhasse o ritmo de estudos no ensino regular e os demais estudantes seria matriculados na Educação Especial.

No ano de 1981, foi instituído o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela ONU (Organização das Nações Unidas), onde na ocasião foi defendida a “igualdade de oportunidade para todos”.

Para o Brasil essa discussão teve grande proveito, pois a partir de então, muitos planos foram elaborados e metas foram traçadas, podemos citar: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981); Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985).

Centrados na garantia de direitos e conseqüentemente no exercício da cidadania e no rompimento do caráter benevolente e assistencialista que até então vivenciávamos, podemos concluir que os planos acima citados provocaram rupturas e mudanças em favor da pessoa com necessidade educacional especial e no processo de inclusão da mesma no meio social e educacional.

Um novo órgão é criado em 1986, a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e em 1999, junto aos Conselhos ligados ao Ministério da Justiça, é proposto à criação de um órgão específico, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que tem como uma das funções, a de avaliar e aprovar o plano anual da CORDE.

Com a Constituição de 1988 que traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV), o atendimento no ensino regular foi reforçado, pois a constituição também estabeleceu a igualdade de condições de acesso e permanência de todos na escola. No art.208 fica estabelecido que é dever do Estado ofertar atendimento especializado, de preferência na rede regular.

Tentando solucionar a falta de preparo dos professores nessa nova missão em 1993, o MEC/SEESP (Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial) passou a desenvolver algumas ações quanto à capacitação profissional e ao atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais.

É criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, que determina aos pais ou responsáveis a obrigatoriedade da matrícula dos filhos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Vejamos o que recomenda o Estatuto da Criança e do Adolescente em alguns dos seus artigos: em seu Art. 15 "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento..."; no Art. 53 "A criança e

o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa... assegurando-se-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...".

Além do Estatuto da criança e do Adolescente, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar na elaboração das políticas públicas para a educação inclusiva.

No que se refere a formação profissional para atender essa nova demanda o MEC/SEESP organizou junto com as Universidades e Secretarias de Educação documento "Inclusão de itens ou Disciplinas a cerca dos Portadores de Necessidades Especiais nos Currículos dos Cursos de 2º e 3ª Graus". Com base documento, o Conselho Nacional de Educação baixou a Portaria 1793/94, recomendando nesse a inclusão de conteúdos e/ou disciplinas acerca dos portadores de necessidades educacionais especiais.

Em 1996 é criado o Fórum Permanente de Instituições de Ensino Superior sobre a Educação Especial (Brasília, MS, AM, CE, RS) com o objetivo de subsidiar as Instituições de Ensino Superior a executarem as recomendações contidas na portaria citada anteriormente.

Com o Decreto Nº 3298/1999 foi criada a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e definiu a Educação Especial como ensino complementar.

Finalmente em 2001 entra em vigor o PNE (Plano Nacional da Educação) que tem como objetivos: democratizar o ensino, elevar o nível de escolaridade dos brasileiros e reduzir a desigualdade no acesso à escola. Também em 2001, a Resolução CNE/CEB2 divulga a criminalização da recusa em matricular crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, com isso aumentou o número dessas crianças no ensino regular.

Também em 2001 é implantada as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE, n. 2, 2001) representando um progresso na definição das Políticas para a Educação Inclusiva e nas propostas para a sua operacionalização.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da educação Básica, definiu que o ensino superior deveria preparar os professores na formação acadêmica para atender os alunos com necessidades especiais.

Através da Lei Nº 10436/02 é reconhecida a língua brasileira de sinais como meio de comunicação e expressão. Em relação ao braile em sala, houve a Portaria Nº 2278/02 que aprova normas para uso, o ensino, a produção e difusão do braile em todas as modalidades de ensino.

Em 2003 o Ministério da Educação criou o Programa Educação Inclusiva; Direito à Diversidade, visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Para garantir o direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento especializado e a acessibilidade foi promovido um amplo processo de formação de gestores e professores para atuarem na disseminação da Educação Inclusiva.

O Ministério Público Federal em 2004 com a publicação do documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, reafirmou o direito à escolarização a alunos com e sem necessidades educacionais especiais no ensino regular.

O Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. No seu primeiro tópico do Artigo 24, o documento diz que:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda vida. (ONU, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/2006) atribuiu às redes de ensino o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender as necessidades dos alunos.

Em 2007, o Governo Federal lança o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a acessibilidade arquitetônica das instituições escolares, acesso e a permanências das pessoas com necessidades educacionais especiais na educação superior, a implantação de salas de recursos multifuncionais e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Através do Decreto Nº 6571/2008 o atendimento Educacional Especializado (AEE) foi regulamentado, com este atendimento é assegurado que os alunos aprendam o que é diferente

do currículo do ensino comum e que isso é necessário para que possam vencer os obstáculos impostos pela necessidade que apresentam.

Finalmente em 2008 com a criação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, ficou definida claramente a obrigatoriedade da matrícula das crianças com necessidades educacionais especiais nas redes regulares, com atendimento especializado no contra turno. Portanto, chegou a hora de fazer valer as leis, começando pela Educação Infantil, se é nos primeiros anos de vida que a criança tem maior facilidade de apreensão do que lhe é ensinado, o seu ingresso nessa etapa é de suma importância.

Percebemos que muito já foi feito no que se refere a legislação e as políticas públicas em prol da inclusão escolar, porém ainda temos uma longa caminhada pela frente, pois precisamos não só integrar os alunos com necessidades educacionais especiais, mas sim incluí-los e para que isso realmente aconteça é preciso que seja feito mais investimentos na formação específica dos professores e na infra-estrutura das instituições de Educação Infantil.

Incluir as pessoas com dificuldades educacionais especiais pressupõe, além da ruptura das barreiras comportamentais, a retirada dos obstáculos físicos. Infelizmente a acessibilidade no nosso país ainda caminha em passos lentos, pouca são as instituições com crianças inclusas, que têm banheiros adaptados, vias de acesso adequado, salas de recursos para atendimento educacional especializado, espaço para dar suporte ao trabalho desenvolvido pelo professor, jogos pedagógicos, computadores adaptados conforme o grau de dificuldades dos alunos, acervo em braille e outros equipamentos necessários.

Em um país que se diz democrático o principal meio de formar o sujeito para o exercício pleno de suas funções na sociedade é a educação. Portanto neste contexto educacional em que vivemos é de grande importância que as diretrizes que norteiam a política nacional de educação contemplem todas as crianças, sem excluir nenhuma.

### **3.2. Educação Infantil: A Porta de Entrada para a Inclusão**

(...) Somos nós que fazemos a vida, como der ou puder, ou quiser. Sempre desejada, por mais que esteja errada. Ninguém quer a morte, só saúde e sorte. E a pergunta rola, e a cabeça agita. E eu fico com a resposta das crianças. É a vida, e bonita e é bonita. Viver, e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar e cantar, e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz. Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será! Mas isso não impede que eu repita: É bonita, é bonita e é bonita. (letras. mus.br/Gonzaquinha).

Gonzaguinha em sua música nos convida para vivermos e não termos vergonha de ser feliz, e chega a considerar bela a nossa condição de eternos aprendizes. Nas obras de Vygotsky dedicadas às pessoas com necessidades educacionais especiais, o autor deixa bem claro a sua crença nas possibilidades de aprendizagem desses sujeitos. Sabendo que todos nós aprendemos um pouco mais a cada dia vivido, não podemos então negar as crianças com necessidades educacionais especiais o direito de aprenderem e serem felizes diante do que foi aprendido.

Figueiredo (2000) afirma que a Educação Infantil é a porta de entrada para a inclusão escolar, pois sendo este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições lingüísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade, onde não precisam cumprir com um currículo puramente conteudista, mas com um currículo que contempla as experiências, atividades e interações efetivadas no cotidiano da instituição educacional.

A Educação Infantil como primeira etapa da educação básica é quem recebe e tem a grande missão de integrar as crianças inclusas, neste novo ambiente social, cultural e educacional. Não se podem fechar os olhos e atar as mãos, se faz necessário ter carinho, afeto e dedicação para com essas crianças, elas também são cidadãs como todas as outras, merecem, portanto terem assegurados seus direitos conquistados através das leis que regem nosso país.

As políticas de inclusão escolar estão sendo concretizadas gradativamente, isso demonstra que as instituições estão começando a compreender o princípio da inclusão tão debatido em cada parágrafo e incisos que tratam da inclusão de forma legal. Percebe-se nos últimos anos que as instituições estão se organizando para receber e oferecer as condições necessárias para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem...

A Secretaria de Educação Especial em sua série sobre Educação Inclusiva no vol. 3: a escola (2004, p. 9) mostra que na busca por uma escola de todos e para todos é necessário o envolvimento dos professores, funcionários, pais e alunos na construção que deverá ser coletiva e democrática do Projeto Político Pedagógico ou Proposta Pedagógica, instrumento teórico-metodológico onde estão traçadas as ações e as práticas que serão aplicadas visando favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Sabendo que o aprendizado na Educação infantil se dá, através da participação das crianças nas atividades, as professoras ao organizar o ambiente e as tarefas a serem realizadas, sempre levando em conta a diversidade presente em sala, não devem ignorar a proposta pedagógica da instituição, onde estão traçadas as orientações para o planejamento das atividades que deverão promover a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. As Orientações Curriculares para a Educação Infantil. (2011, p.26), aponta a finalidade da proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil:

- Define as metas que se pretende para o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados;
- É estruturada a partir de um contexto sociocultural concreto;
- Visa garantir que as crianças conquistem aprendizagens consideradas valiosas;
- Orienta a organização das atividades, dos espaços, das rotinas, dos materiais e das interações na instituição;
- Efetiva-se nas ações cotidianas das crianças e dos professores nos ambientes criados nas instituições de Educação Infantil.

A proposta pedagógica, ou projeto político pedagógico, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (MEC, 2009), é visto como um documento ou plano orientador, onde devem está definidas as metas e organizadas as ações que visam o desenvolvimento e a aprendizagem de todas as crianças matriculadas na instituição de ensino.

Fazendo referência ainda à aprendizagem, O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Formação Social e Pessoal Vol.2 (BRASIL, p.21) afirma que:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

A convivência das crianças com necessidades educacionais especiais com outras crianças e adultos nos Centros de Educação Infantil, é importante tanto para o seu processo de socialização como também para o seu desenvolvimento integral. Através das trocas de experiências, as crianças vão adquirindo novos hábitos, atitudes, e valores. No contexto da Educação Inclusiva, a colaboração e a interação entre os sujeitos, e principalmente entre as crianças, são muito importantes. Cabendo então as professoras promoverem situações de aprendizagem, onde todos possam ser incluídos, sem esquecer em nenhum momento que as



crianças com necessidades educativas especiais também são cidadãs, ou seja, são sujeitos sociais e históricos.

Vale lembrar que essas crianças não formam uma comunidade isolada, elas fazem parte do grupo social em que convivem, são pessoas detentoras de direitos que devem ser reconhecidos e preservados. Desta forma, a elas devem ser oferecidas as condições necessárias para que o seu desenvolvimento e aprendizagem ocorram e assim possam tornar-se seres capazes de criar, transformar e interagir com os outros e com o meio.

É importante frisar que as interações são marcantes na vida das crianças, no momento em que elas ingressam na escola. Portanto é preciso pensar num currículo onde os princípios éticos, políticos e estéticos estejam presentes, tal como dispõe o artigo 6º das DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 05/09). Conforme as Orientações Curriculares para a Educação Infantil (SEDUC/2011) para uma melhor compreensão a seguir é feita uma breve descrição de cada um dos princípios citados.

Os princípios éticos lembram ao professor o quanto é importante garantir às crianças: a manifestação de seus interesses, vontades e curiosidades quando participam das práticas educativas, a valorização das suas criações, individuais e coletivas e o apoio a cada conquista de autonomia para escolher as brincadeiras ou atividades e para a realização de cuidados pessoais rotineiros e também a ampliação das possibilidades de aprendizagens oriundas das diferentes tradições culturais; fortalecimento da auto-estima e dos vínculos afetivos, combatendo preconceitos, apoio ao aprendizado sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais; estímulo ao respeito a todas as formas de vida, os cuidados aos seres vivos e a preservação da natureza sem esquecer o destaque que deve ser dado os valores como os da inviolabilidade da vida humana, da liberdade e da integridade individual, a igualdade de direito de todas as pessoas, da igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos considerados vulneráveis político e economicamente.

Quanto aos princípios políticos a instituição de Educação Infantil deve orientar-se no sentido de formar cidadãos críticos e participativos, possibilitando às crianças oportunidades de expressarem seus sentimentos, idéias e questionamentos na busca do bem-estar individual e coletivo, também oferecendo condições para que as crianças aprendam a apreciar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma idéia,

um conflito e finalmente proporcionando oportunidades para o domínio dos conhecimentos básicos e garantindo uma experiência bem sucedida de aprendizagem para todas as crianças.

No que se refere aos princípios estéticos, o trabalho pedagógico na instituição de Educação Infantil deve voltar-se para a valorização da criação e da construção individual das crianças ao vivenciarem experiências diversificadas, a organização de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que as crianças já sabem, sem ameaçar-lhes a auto-estima nem a promoção da competitividade, a ampliação das possibilidades da criança se expressar, comunicar, criar, organizar pensamentos e idéias, conviver, brincar e trabalhar coletivamente e também possibilitando às crianças a apropriação de diferentes linguagens e saberes que circulam em nosso meio social.

Ao abrir as portas para as crianças com necessidades educacionais especiais a instituição de Educação Infantil que se diz comprometida com uma educação de qualidade e inclusiva deverá enxergá-las e tratá-las como seres únicos. É um grande equívoco pensar que todas são iguais, que necessitam aprender as mesmas coisas, da mesma forma e no mesmo espaço de tempo. Mediante os princípios que foram citados acima se estes servirem como base na elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição o trabalho pedagógico com essas crianças poderá se tornar mais eficiente.

Quando se fala em inclusão educacional, não se trata apenas de colocar para dentro das escolas as crianças com necessidades educacionais especiais e depois não saber como cuidar e educá-las. O primeiro passo rumo a uma inclusão de fato, poderá ser a sensibilização e a conscientização de todos que fazem a escola. O próximo passo deverá ser a organização de um ambiente no qual as crianças se sintam acolhidas seguras e apoiadas. Na perspectiva de uma escola que inclui a gestão também deve se preocupar em tornar-se democrática e participativa para os alunos, professores e demais participantes desse espaço de disseminação do conhecimento.

A sociedade já deveria saber que a Educação Infantil é essencial para as crianças com necessidades educacionais especiais, principalmente os pais e as escolas. Diferente do ambiente familiar o ambiente da Educação Infantil além de ampliar as possibilidades de interação, nas suas ações quando ricas e significativas e imbuídos de intencionalidade pedagógica, amplia e potencializa o repertório das aprendizagens das crianças.

Apesar de ser assegurada por lei a entrada dessas crianças na Educação Infantil, poucas têm acesso, as famílias ainda impregnadas de preconceitos e medos não matriculam a criança e a escola por sua vez considera-se incapaz de recebê-lo e quando recebe não oferece nenhuma condição para que esse sujeito se desenvolva.

Não é só na poesia que a vida deve ser bonita, precisamos e podemos tornar isso realidade, se começarmos a olhar com outros olhos a chegada dessas crianças intituladas de especiais na porta da sala da Educação Infantil, então veremos o quanto a vida vai tornar-se bela para elas que já foram e ainda são segregadas do meio social e educacional.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa com as professoras e coordenadora pedagógica que atuam em uma instituição pública de Educação Infantil do município de Pacatuba.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1. Tipo de Pesquisa**

Por se tratar de um estudo de natureza social que não tende somente à quantificação, optou-se por adotar na pesquisa uma abordagem qualitativa. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador pauta seus estudos na interpretação da realidade, para tirar suas conclusões, comprovar ou não sua pesquisa ele precisa observar, registrar os dados também de forma qualitativa, para tanto se faz necessário a utilização de procedimentos que visem organizar os dados de tal modo que eles mostrem com objetividade como os sujeitos pesquisados percebem e se relacionam com o tema em estudo.

Para o alcance dos objetivos propostos foram utilizados mais de um instrumento para a coleta dos dados, por entendermos que numa pesquisa de dimensão qualitativa é importante contarmos com mais de uma fonte para produção de dados, pois enriquece a análise dos dados e mostra de forma mais ampla o fenômeno pesquisado. Neste sentido, se utilizou as seguintes técnicas: entrevista semi-estruturada e um esboço de análise documental a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada.

Entretanto, a pesquisa foi realizada por meio de indagações utilizando como instrumento de coleta de dados um roteiro de perguntas. O objetivo dessa ferramenta é de se identificar através das respostas das entrevistadas a concepção das mesmas sobre inclusão, e o que elas pensam e como atuam diante deste novo contexto, que considera a inclusão educacional algo inevitável.

Para complementar as informações que foram obtidas através das entrevistas se optou pela análise documental, por entender que esta técnica exploratória se constituir numa valiosa forma de abordagem de dados qualitativos.

#### **4.1.1. Entrevista semi-estruturada**

Para Trivinos (1994, p.146) a entrevista semi-estruturada, de modo geral, é aquela “que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. Ludke (1986, p. 33) destaca que “é importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista”.

Neste tipo de entrevista, de acordo com May (2004, p.149) a diferença principal “é o seu caráter aberto”, ou seja, o entrevistado responde as perguntas dentro de sua concepção. Com esta técnica o pesquisado tem a possibilidade de falar sobre suas expectativas e experiências, a partir do foco principal proposto que no caso, é a identificação das concepções das professoras de Educação Infantil sobre inclusão. Ao mesmo tempo em que essa técnica permite respostas livres e espontâneas do informante ela valoriza a atuação do pesquisador.

A entrevista foi desenvolvida procurando obter das professoras e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil o máximo de informações sobre o que elas pensam a respeito da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas salas regulares, qual a concepção sobre criança e criança com necessidades educacionais especiais, que desafios precisam ser enfrentados para que a inclusão aconteça.

Foi utilizado para coleta de dados um roteiro de perguntas semi-estruturadas contendo questões abertas e fechadas, baseadas no objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa. A aplicação do roteiro de perguntas para coordenadora pedagógica e professoras da Educação Infantil aconteceu em uma das dependências do próprio Centro de Educação Infantil no decorrer do mês de maio de 2012. Para registro das informações foi utilizado um bloco de notas e um gravador, com o objetivo de facilitar a interpretação e análise dos dados obtidos.

Participaram da pesquisa duas professoras e a coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil (CEI), graduadas e pós-graduadas já atuam na Educação Infantil a mais ou quais dez anos, o critério principal de escolha das profissionais para participarem da pesquisa foi o fato de terem em suas salas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Quanto a instituição o critério de escolha foi o número significativo de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais.

No quadro abaixo, se encontra a caracterização das profissionais pesquisadas.

**QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS QUANTO AO NOME<sup>2</sup>, IDADE, FORMAÇÃO, TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CARGO QUE OCUPAM.**

<b>Nome fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo (educ.infantil)</b>	<b>Cargo</b>
Ana	38 anos	Pós-graduada	09 anos	Coord.pedagógica
Maria	35 anos	Graduada	14 anos	Professora

<sup>2</sup> Para preservar a identidade dos sujeitos foram usados nomes fictícios.

Rita	34 anos	Graduada	14 anos	Professora
------	---------	----------	---------	------------

FONTE: Dados de Pesquisa, 2012.

Os dados revelaram que a faixa etária das três participantes varia entre 34 e 38 anos de idade, sendo todas do sexo feminino. Observa-se também que as professoras são todas graduadas, duas cursaram licenciatura em pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, uma é licenciada em língua Portuguesa pela Universidade Federal do Ceará - UFC e apenas uma é pós-graduada em gestão escolar também pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – (UVA), apenas uma concluiu um único curso relacionado à educação inclusiva oferecido pela secretaria municipal da educação, pois na época, segundo uma das professoras o curso era exclusivo para os professores que tinham alunos inclusos em suas turmas.

#### **4.1.2. Análise documental**

Buscando compreender como é tratada a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na Educação infantil, além das entrevistas realizadas com as professoras e coordenadora pedagógica, se optou também pela análise do documento que subsidia a organização pedagógica e administrativa da instituição, no caso o Projeto Político Pedagógico.

Mas pouco importa sua forma, os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade codificá-los ou categorizá-los em função das necessidades da pesquisa [...] (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.167).

Neste sentido a partir desse documento é possível verificar se nele encontra-se registrado o tratamento que deve ser dado, de acordo com a LDBEN/96 a educação Inclusiva. A análise documental também foi utilizada com o objetivo de identificar informações reais que possam complementar as informações obtidas por outros meios.

A preferência pela análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) se deu por considerá-lo um documento de vital importância para a gestão administrativa e pedagógica da instituição. Como uma bússola ele deverá orientar os caminhos que a escola tem que seguir.

Neste sentido Aranha conceitua o Projeto Político Pedagógico (PPP) da seguinte forma:

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explícita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer para quem se vai fazer e como se vai fazer. É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagens das crianças e adolescentes da comunidade. (SEESP/MEC, 2004, p.9).

Baseando-se no conceito acima, a análise do Projeto Político Pedagógico o Centro de Educação Infantil contribuirá de maneira significativa para o alcance dos objetivos da pesquisa.

#### **4.2. Descrevendo o contexto**

A investigação foi realizada em um Centro de Educação Infantil, da rede Municipal da Educação, localizado em um bairro central do município de Pacatuba, cidade pertencente a zona metropolitana do estado do Ceará.

A escolha desta instituição pública municipal como contexto de pesquisa ocorreu por ser um dos Centros de Educação Infantil onde acontece o maior número de inclusões, tendo como conseqüência as queixas das professoras e coordenadora pedagógica, que alegam não terem conhecimentos suficientes para ensinarem as crianças com necessidades educacionais especiais. Por tratar-se também do campo de atuação profissional da pesquisadora, surgiu o interesse de investigar a forma como essas crianças estão sendo educadas e cuidadas, por essas profissionais que se dizem despreparadas, como veremos adiante, na análise dos dados obtidos.

A pesquisa propõe investigar as concepções dos sujeitos pesquisados sobre a entrada das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil, como é conduzida a tarefa de educar e cuidar dessas crianças, quais as condições que são oferecidas para que a inclusão seja de fato efetivada. O órgão competente, no caso a Secretaria Municipal de Educação oferece meios que possam cooperar para a superação desse grande desafio.

Conforme as informações obtidas através do Plano de Gestão elaborado pela gestora administrativa e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil correspondente ao biênio 2011/2012. A instituição educacional foi criada em 1993 e funciona em dois turnos, manhã e tarde, atendendo crianças de 0 (zero a 5 (cinco) anos, contemplando em seu quadro de recursos humanos um total de 13 funcionários de equipe técnica e apoio, 09 professoras

efetivas, 01 coordenadora pedagógica e 1 diretora, totalizando 24 servidores. Sua estrutura administrativa organizacional é composta pelos seguintes segmentos: núcleo gestor, professores, conselho escolar, apoio técnico pedagógico (supervisão escolar) e serviços auxiliares.

No quadro a seguir apresentamos a caracterização da instituição participante, de acordo com os dados obtidos através do seu Plano de Gestão, correspondente ao biênio 2011/2012.

#### QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DA PESQUISA

<b>Instituição</b>	Centro de Educação Infantil
<b>Localização</b>	Sede do município
<b>Número de alunos</b>	140 crianças
<b>Número de alunos com NEEs incluídos</b>	03 crianças
<b>Nível escolar atendido</b>	Maternal (Infantil I,II e III), Infantil IV e V
<b>Nº de turmas regulares</b>	07 turmas
<b>Outros espaços</b>	01 refeitório 06 banheiros 01 brinquedoteca 01 pátio para recreação 01 diretoria 01 sala para os professores (as) 04 depósitos para: armazenar a merenda escolar o,material de limpeza e os materiais de apoio pedagógico. 01 lavanderia 01 playgraud 01 cozinha
<b>Funcionários</b>	02 merendeiras 02 funcionárias de limpeza 04 vigias
<b>Equipe docente</b>	05 professoras graduadas 04 professoras com nível médio (magistério) 04 auxiliares de sala com nível médio (científico)
<b>Equipe técnica – pedagógica</b>	01 diretora 01 coordenadora pedagógica 01 auxiliar administrativo

FONTE: Dados de Pesquisa, 2012.

As professoras têm carga horária diária de oito horas de trabalho, sendo que semanalmente elas têm direito a seis horas que são destinadas ao planejamento, neste momento são selecionadas as atividades que serão vivenciadas pelas crianças, o estudo de



temas que serão abordados, a organização e a confecção dos materiais a serem utilizados em sala.

De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Infantil (2011, p.88) “o tempo é um aspecto integrante do planejamento didático, pois possibilita às crianças viverem dois movimentos fundamentais, o de repetição do conhecido e o de contato com a novidade”. No Estado do Ceará através do Programa Alfabetização na Idade Certa, as professoras estão sendo orientadas a organizarem as rotinas das turmas de Educação Infantil de forma que incluem os seguintes tempos: hora da chegada, roda de conversa, roda de leitura, higiene e alimentação, hora do parque, hora da brincadeira livre, à hora de vivenciar de forma contextualizada as experiências referentes às áreas do conhecimento e finalmente à hora da saída.

O Centro de Educação Infantil de acordo com o que se encontra registrado em seu Projeto Político Pedagógico tem como missão “a formação integral das crianças, o desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais afetivas e motoras e a preparação da criança para que se torne sujeito de sua própria história”. Para cumprir essa missão, além da organização do tempo outro aspecto que deve ser considerado no planejamento das professoras é a cultura e a história de vida das crianças.

Conforme o que está registrado no Projeto Político Pedagógico, a Proposta Pedagógica da instituição tem como fins e objetivos: promover a educação Infantil de forma abrangente, envolvendo famílias, igrejas, conselho escolar e outros segmentos organizados da sociedade; contribuir para o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, preparando-a para a vida em sociedade; garantir a igualdade de condições de acesso e permanência para todas; ofertar uma educação de qualidade; executar programas ou projetos de proteção socioeducativas destinadas às crianças; promover a valorização da experiência extra-escolar; promover a interação entre a instituição e a sociedade.

Segundo o que se encontra descrito no documento “cuidar e educar” são as funções básicas do CEI (Centro de Educação Infantil), baseando-se neste contexto concebe-se a criança como cidadã, como um ser em processo de desenvolvimento. Oferecida como complementação da ação da família a Educação Infantil deverá proporcionar as condições adequadas para que as crianças possam desenvolver plenamente os aspectos físico, emocional, cognitivo e social.

No que se refere ao espaço físico o Centro de Educação Infantil possui salas amplas, ventiladas e com iluminação adequada nelas há vários ambientes lúdicos como: o canto da leitura, o canto dos jogos, canto do faz-de-conta, canto da arte e o canto da beleza, portanto a ludicidade parece fazer parte do cotidiano das crianças. É através destas atividades que a criança poderá ampliar suas experiências e conhecimento, aprendendo a conviver em sociedade.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Pacatuba (2008, p.54) a educação e os cuidados são ofertados aos filhos e filhas de trabalhadores da indústria, pequenos comerciantes, agricultores e autônomos, que vivem da economia informal ou desempregada, vale ressaltar que todas são oriundas de famílias de baixa e média renda, que residem nas proximidades do Centro de Educação Infantil.

Um dos pontos que merece atenção é o que se refere ao tratamento dado as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Conforme o documento, os alunos que apresentam necessidades especiais, seja físico ou mental, e portadores de outras habilidades ou em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, terão tratamento especial de acordo com o Estatuto da criança e Adolescente (Lei 8069/90. Art.53. III), que assim encontra-se registrado:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para assegurar o que a lei postula, o Núcleo de Inclusão da Secretaria Municipal da Educação realiza o acompanhamento especializado as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, procurando atender as peculiaridades dessas crianças, buscando alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas.

O Centro de Educação Infantil definiu em seu Projeto Político Pedagógico (2010, p.7) metas e ações que visam garantir o acesso e a permanência das crianças nas turmas. A boa relação com as famílias é uma das metas que merece destaque, pois quando se trata de Educação Inclusiva o bom relacionamento entre a família e escola é de grande importância.

Quando essa parceria acontece de fato poderá ser garantida uma maior qualidade no processo de inclusão. No documento acima citado as metas e ações estão assim descritas:

**As Metas:**

- ✓ Manter uma relação de diálogo com os pais, através de reuniões, para que eles venham a ter consciência da importância de sua contribuição para o bom desempenho e aprendizagem dos seus filhos;
- ✓ Desempenhar, com todos os profissionais, um trabalho de qualidade;
- ✓ Oferecer um ambiente acolhedor e atraente, onde as crianças se sintam amadas e respeitadas por todos;
- ✓ Desenvolver projetos bimestrais que garantam a permanência das crianças no CEI;
- ✓ Divulgar através de reuniões bimestrais, o trabalho ofertado;
- ✓ Realizar uma pesquisa junto aos pais, sobre o nível de satisfação dos serviços prestados e ouvir sugestões;
- ✓ Tornar a instituição de ensino mais dinâmica e atrativa, para oferecer um atendimento de qualidade e conquistar a confiança da comunidade local;
- ✓ Realizar visitas domiciliares as famílias quando for necessário;
- ✓ Buscar parcerias com outras entidades como: Secretaria da Saúde, Centro de Formação, Secretaria da Mulher, Ação Social, Conselho Tutelar, Secretaria de Educação e empresas, no apoio aos projetos desenvolvidos pelo Centro de Educação Infantil.

**As Ações:**

- ✓ Oferecer um ambiente acolhedor e de cordialidade para os alunos;
- ✓ Ter e demonstrar interesse pelo cotidiano familiar dos alunos;
- ✓ Mostrar aos pais através de reuniões e de conversas diárias a importância do ensino-aprendizagem para a criança na fase em que elas se encontram, e quais os prejuízos a falta do mesmo fará futuramente;
- ✓ Oportunizar a presença e a participação diária dos pais/responsáveis no CEI;
- ✓ Criar e garantir mecanismo de participação da comunidade para conhecer o trabalho dentro do CEI;
- ✓ Criar e garantir mecanismo para que o aluno permaneça no CEI;
- ✓ Auxiliar as famílias para que não haja imigração para outras cidades;
- ✓ Acompanhar o cotidiano dos pais, para detectar problemas e insatisfação e ouvir sugestões.

Diante das metas e ações que direcionam a gestão administrativa e pedagógica do CEI (Centro de Educação Infantil) percebem-se traços de uma gestão democrática e participativa, onde pais, alunos, professores e gestores compartilham o processo de ensino – aprendizagem.

No momento da pesquisa existiam matriculados no centro 03 crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, das quais uma com síndrome de Down.

#### **4.3. Procedimentos de Coleta de Dados**

Para agilizar os contatos, as participantes da pesquisa são professoras e coordenadora pedagógica que atuam no mesmo Centro de Educação Infantil, instituição que fora escolhida por ter em seu quadro de matrícula crianças incluídas.

No primeiro contato foi combinado o dia, a hora e o local onde as entrevistas aconteceriam. Na ocasião foi explicado para as entrevistadas o que se desejava delas, que não precisariam ficar ansiosas, já que suas respostas as perguntas deveriam ser baseadas naquilo que sabem sobre educação inclusiva, sua opinião e o fazem na sua prática cotidiana.

Os dados para elaboração dessa monografia foram coletados da seguinte forma:

- Pesquisa bibliográfica: realizada em livros, dicionários, periódicos especializados, internet, além de outras publicações, com dados relacionados ao assunto em estudo;
- Pesquisa documental: realizada através da análise do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil;
- Pesquisa de campo: realizada por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas, (TRIVIÑOS, 1987), contendo questões abertas e fechadas, oportunizando maior liberdade de respostas por parte das professoras e coordenadora pedagógica da Educação Infantil.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, [...] dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Antes de cada entrevista, se explicou as entrevistadas à finalidade da visita, o objetivo da pesquisa, a importância da colaboração de cada uma para o estudo que estava sendo realizado, bem como se esclareceu que a entrevista era de caráter estritamente confidencial e que as informações prestadas ficariam no anonimato.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora em ambiente reservado no próprio Centro de Educação Infantil no decorrer do mês de maio de 2012. Os dados foram gravados, posteriormente transcritos na íntegra e seu conteúdo analisado à luz do referencial teórico pertinente. Vale aqui lembrar que o roteiro de entrevista aplicado às participantes, foi submetido à apreciação da professora orientadora desta pesquisa.

#### 4.4. Procedimentos de Análise dos Dados

Os dados obtidos por meio das entrevistas objetivaram identificar as concepções das professoras e coordenadora pedagógica sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil.

A interpretação dos dados dessas entrevistas ocorreu levando-se em conta a idéia de inclusão passada pelas entrevistadas a cada questionamento apresentado. Com o intuito de fortalecer o posicionamento das entrevistadas e também para complementar a análise dos dados obtidos, utilizou-se de material bibliográfico de diferentes autores, em destaque Vigotsky.

Com relação à análise de dados, a citação abaixo possibilita uma maior compreensão desta parte da pesquisa:

De modo geral a análise de dados consiste em examinar, classificar e, muito freqüentemente, categorizar os dados, opiniões e informações coletadas, ou seja, a partir das proposições, teoria preliminar e resultados encontrados, construir uma teoria que ajude a explicar o fenômeno sob estudo. O uso de técnicas quantitativas – estatísticas – é menos freqüente. Não se deve também esquecer o uso do material bibliográfico e de outras naturezas que compõem a plataforma teórica do estudo, para sustentar análises, comentários, classificações, categorizações, teorizações e conclusões. A análise de um Estudo de Caso deve deixar claro que todas as evidências relevantes foram abordadas e deram sustentação às proposições que parametrizaram toda a investigação. A qualidade das análises será notada pelo tratamento e discussão das principais interpretações – linhas de argumentação – concorrentes, bem como pela exposição dos aspectos mais significativos do caso sob estudo e de possíveis laços com outras pesquisas assemelhadas. (MARTINS, 2006, p. 86-87).

Realizada a transcrição, as entrevistas foram lidas na íntegra, e de acordo com as respostas dos itens pesquisados e sua relevância para a pesquisa, foi definida as categorias a serem analisadas. A interpretação procedeu-se a partir dos dados obtidos por meio das entrevistas, da análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, da revisão de literatura e da vivência profissional da pesquisadora.

Apresentados os procedimentos metodológicos, a etapa seguinte consiste em apresentar a análise dos dados.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte procura-se responder a seguinte questão: Quais as concepções das professoras e da coordenação pedagógica sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil?

Para tanto, de acordo com os objetivos propostos da pesquisa, foram estabelecidas algumas categorias a partir das respostas das professoras e coordenadora pedagógica, formando assim a base para análise de cada questão.

### QUADRO 3 - MATRIZ DAS CATEGORIAS

<b>Categorias</b>
5.1. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva
5.2. Experiências na Área de Inclusão
5.3. Concepções das Professoras/Coordenadora Pedagógica sobre Inclusão Escolar
5.4. Formação Continuada
5.5. Organização da Estrutura Física e Pedagógica
5.6. Projeto Político Pedagógico da Instituição
5.7. Atuação do Suporte Pedagógico na Instituição

FONTE: Dados de Pesquisa, 2012.

#### 5.1. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva

O primeiro questionamento feito às entrevistadas foi sobre os conhecimentos que tinham a respeito da educação inclusiva. A coordenadora e uma das professoras responderam que tinham poucos conhecimentos e que estes foram adquiridos através de pesquisas na internet, leitura de revistas especializadas em educação e das informações que foram repassadas pela equipe de inclusão da Secretaria Municipal da Educação de Pacatuba, somente uma disse ter feito um curso sobre educação inclusiva. Para comprovar essas respostas vejamos os relatos a seguir:

Aprendi muito quando comecei a trabalhar com crianças especiais, em contato constante com a psicopedagoga e as professoras do AEE(atendimento educacional especializado) fui adquirindo mais conhecimentos sobre o assunto.Fiz também pesquisas na internet e nas Revistas Nova Escola, pois elas trazem temas interessantes referentes a inclusão.Quando começamos a trabalhar com o Manuel que é hiperativo passei a me interessar mais pela área. - **Quanto as leis que amparam a inclusão, você tem conhecimentos?** - Não conheço bem as leis. ( ANA, coordenadora).

Eu li muito, porque parece uma coisa, todo ano eu tenho um aluno especial na minha sala. Eu não sabia como lidar com eles, ficava muito preocupada, aí comecei a ler e a pesquisar na internet, porque até o ano passado eu tinha que me virar sozinha. Em outubro do ano passado o Manuel chegou na sala, ele tem retardo mental, eu não sabia como trabalhar com ele, aí foi que eu abri os olhos, eu precisava aprender a lidar com ele e a ter noção até das leis, aí eu procurei saber na lei quais os direitos dele e quais os meus. ( MARIA, professora).

Tenho, fiz um curso sobre educação inclusiva e nele pude adquirir alguns conhecimentos básicos, principalmente como tratar as crianças com deficiência mental e síndrome de Down. Além do curso eu leio sobre o assunto e procuro nas revistas de educação artigos ou reportagens que falem sobre inclusão. - **Esses conhecimentos têm ajudado você a lidar com seus alunos inclusos?** - Só tem me ajudado, pois sei o limite deles e respeito, além de me sentir mais segura para conversar com os pais e ajudar a educar os filhos deles. (RITA, professora)

Este é um discurso comum entre as professoras, desprovidas de formações específicas, acabam tendo que serem autodidatas, passando a aprenderem na prática e nas leituras realizadas. Diz Mazzotta (1996, p.17):

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Como nota o autor, para trabalhar na educação especial os conhecimentos gerais para atuar como docentes e conhecimentos específicos na área de inclusão seriam o ideal para os professores que trabalham com crianças inclusas em suas salas. Ao serem capacitados através dos cursos de formação inicial e continuada, esses profissionais passariam a ter o respaldo necessário para atuarem nos espaços educacionais e sociais que tratam da inclusão.

## 5.2. Experiências na Área de Inclusão

Dando continuidade, as entrevistadas foram indagadas sobre suas experiências na área. A professora Maria falou algo que chamou atenção. Ela disse o seguinte:

Quando eu via um aluno com dificuldades ficava assustada, temerosa, porque eu não sabia como lidar com eles na sala, eu me perguntava: - Será que eles têm dom de aprender já que eram diferentes? O primeiro aluno que eu ensinei era hiperativo, mas eu acho que ele tinha um pouquinho de retardo mental. Eu não sabia se ele ia conseguir aprender, aos poucos ele foi conseguindo fazer o nome, para mim foi um grande progresso. A cada ano vou aprendendo um pouco mais, também já tive um aluno surdo mudo, eu usava a linguagem de sinais (libras) para me comunicar com ele, tive que aprender. -Trabalhar com crianças deficientes é sempre um desafio.

O Grande Dicionário Desafio Educacional – Língua Portuguesa (1.ed.) diz que dom é uma dádiva, uma prenda. Na linguagem comum pode ser “talento”: Fulano tem um dom para a música. Sabe-se que a aprendizagem não está atrelada a nenhum dom, conforme o seu significado. Dotados de inteligência, o que é inerente a todos os seres humanos, somos capazes de aprender, desde que tenhamos as condições necessárias para que isto aconteça.

Preocupada com a aprendizagem daqueles seres “diferentes” já que não se enquadravam nos padrões, nas normas criadas pela humanidade, aos poucos a professora foi vendo que a criança estava conseguindo avanços na escrita, o que ela chamou de progresso. Infelizmente nossa sociedade ainda é impregnada de preconceitos quando se trata das pessoas com necessidades educacionais especiais, a primeira vista na maioria das vezes já se rotula de incapazes.

Feita a mesma indagação as outras entrevistadas essas responderam:

Na minha sala tenho uma criança com síndrome de Down, ele não fala, mas estamos aprendendo a nos comunicar com eles. Sempre procuro incluí-lo nas brincadeiras e em todas as outras atividades, mesmo sabendo que ele ainda não assimila bem as coisas. Como são crianças de 03 anos de idade fica mais fácil o convívio e as aprendizagens entre elas. (RITA, professora).

Sei que a gente tem que ter muita paciência e carinho pelas crianças especiais, temos de gostar de trabalhar com elas. - **Com relação as famílias, como tem sido a parceria?** - Com a ajuda da psicóloga que nos dar assistência, ficou mais fácil conversar e convencer as famílias da importância de trazer seus filhos para o CEI(Centro de Educação Infantil) e para as sessões de acompanhamento psicológico e psicopedagógicos. - Como você se sente ao receber essas crianças? – Dependendo da deficiência já me sinto mais segura para recebê-los. ( ANA,coordenadora).

As entrevistadas admitem em suas falas que a cada ano aprendem um pouco mais seja através das leituras sobre inclusão ou do próprio convívio com as crianças inclusas. Tendo como referência Vygotsky (1988), na visão sócio-interacionista as relações sociais são de grande importância no decorrer do processo ensino- aprendizagem, pois através delas inúmeras aprendizagens podem ser adquiridas. Percebe-se que apesar da insegurança das profissionais, elas buscam incluir as crianças com necessidades educacionais especiais em suas turmas, trazendo como parceiros nessa missão os pais e os especialistas que fazem o acompanhamento psicológico e psicopedagógico.



### 5.3. Concepções das Professoras/Coordenadora Pedagógica sobre Inclusão Escolar

Quanto ao processo de inclusão na Educação Infantil de alunos com necessidades educacionais especiais, Ana a coordenadora pedagógica mostrou a sua preocupação com a falta de conhecimentos específicos dela e das professoras. Feita a seguinte pergunta: - **Como vem se dando o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais? Qual o seu papel?** A coordenadora assim respondeu:

Foi um avanço poder receber crianças inclusas na Educação Infantil, portanto temos a responsabilidade de fazer com que o processo de ensino aprendizagem aconteça, sempre respeitando o ritmo de cada um. Um fato que não podemos deixar de lado é a falta de preparação das professoras, o que tem ocasionado algumas dificuldades. Digo sempre que estamos aprendendo a medida que atendemos vários tipos de deficiências. Apesar das dificuldades o processo de inclusão vem acontecendo de forma positiva mesmo com o atendimento ainda precário. Quanto ao meu papel, como de todas as outras é o de acolher com carinho as crianças deficientes, procurando fazer com que elas se sintam bem na escola e que também se desenvolvam, acho que o meu papel vai além de ser coordenadora, pois tenho que ajudar as professoras a sentirem-se seguras e capazes diante da inclusão.

Cooperar com o trabalho das professoras, oferecendo o suporte técnico pedagógico necessário, ajudando-as a superar as dificuldades também é papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. Ao compreendermos a coordenação pedagógica como uma assessoria permanente junto ao trabalho docente, cujas principais funções entre outras, podem ser listadas em quatro dimensões como aponta Piletti (1998, p. 125):

- Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- Favorecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- Promover reuniões, discussões, debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Na listagem acima, aparecem apenas às funções técnicas e pedagógicas, porém para lidar com crianças em processo de formação, entre elas as com necessidades educacionais especiais, a coordenadora e as professoras entrevistadas citam a afetividade, nos levando a crer que o profissional que trabalhar com essas crianças precisa ter uma postura de acolhimento e de aceitação das diferenças para que ele possa desempenhar bem o seu papel diante da inclusão.

O medo ou insegurança é bastante presente diante da inclusão, sentimentos que inúmeras vezes são confundidas com preconceitos, percebemos isso ao analisarmos a resposta dada por Ana ( coordenadora pedagógica) quando foi feita a seguinte pergunta: **Como você se sente ao receber essas crianças?** Ela assim respondeu: “dependendo da deficiência já me sinto mais segura para recebê-las”. Em nenhum momento transpareceu preconceito em sua fala o que percebemos foi à falta de conhecimentos amplos para lidar com cada caso.

Ao lançar a seguinte pergunta: **Você já teve ou tem alunos incluídos nas turmas? Conte como se deu o processo de inclusão desse aluno?** Resposta da coordenadora:

No início ficamos preocupadas porque as professoras não sabiam lidar com eles. Ai, então a psicopedagoga e a professora do AEE passaram a orientar as professoras. Mesmo trabalhando com um planejamento único, as atividades realizadas por elas são diferenciadas, sempre com a intenção de atendê-las melhor. Nas salas o processo de socialização acontece normalmente, além da auxiliar de sala existe a cuidadora que é uma pessoa responsável pelo acompanhamento diário da criança, dependendo da deficiência. (ANA).

Com relação a pergunta feita anteriormente Maria e Rita, as professoras entrevistadas relatam o que segue:

Já lidei com alunos hiperativos, surdo e mudo e com retardo mental. Todo ano eu tenho uma criança diferente na sala e eu tenho que lidar com ela e com as outras. No começo é sempre mais difícil, mas eu pesquiso e procuro ajuda dos profissionais que sabem mais sobre o assunto e também observo até descobrir a melhor forma de também ensiná-los. Eu procuro incluí-la na turma, não deixo que fique isolada e procuro passar atividades que ela consiga fazer. ( MARIA ).

Tenho nessa turma uma criança com Síndrome de Down. No começo fiquei assustada, achando que não tinha conhecimentos suficientes para lidar com ele, mas aos poucos fui ganhando confiança e hoje vejo que posso enfrentar esse desafio. Para isso conto com a ajuda da equipe de inclusão da secretaria Municipal da Educação, que me orienta e faz o acompanhamento a criança. (RITA).

Por não ser detentora de conhecimentos específicos na área a professora Rita mostra-se insegura ao receber o aluno, porém ela chega a admitir que é possível enfrentar esse desafio, pois conta com a ajuda de uma equipe especializada. Em vários momentos da entrevista, as participantes citam o apoio que o Núcleo de Inclusão da Secretaria Municipal da Educação vem dando. Enquanto não se pode contar com uma formação para todos os professores em Educação Inclusiva se faz necessário que as Secretarias da Educação criem mecanismos que possam dar suporte técnico e pedagógico para os profissionais que trabalham com a inclusão.

Diante dos depoimentos se percebe o quanto as profissionais se esforçam para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, tratando-as com igualdade e

oportunizando a todas o direito do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como reza os Arts. 5º e 205º da Constituição Federal, mesmo sem serem detentoras dos conhecimentos necessários para lidar com cada caso.

Considerando a Constituição vigente no Brasil, que elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (At. 1º, inc.II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art.3º, inc.IV), nota-se que a instituição vem ainda que de forma precária procurando atender o que diz a lei.

Mesmo enfrentando a falta de preparo técnico para atuar com eficiência frente a inclusão, nota-se que mesmo em passos lentos estamos caminhando em busca da sua efetivação, como deixam transparecer as professoras nas falas a seguir:

Aos poucos esse processo está acontecendo, mas ainda estamos muito longe do ideal, pois nós professores não estamos preparados e nem a escola para receber esses alunos. Há dez anos atrás nem se falava em inclusão, hoje já está se tornando uma realidade. Como professora o meu papel é muito importante, pois tenho que ensinar a todos, então tenho que estudar mais para poder ajudar a todos. (MARIA).

Ainda estamos aprendendo, no começo todos ficaram indignados, sentindo-se incapazes, mas aos poucos com ajuda de profissionais conhecedores do assunto fomos nos sentindo mais segura. Todos nós professores temos um papel importante quando o assunto é inclusão. Como mediadora da aprendizagem precisa trabalhar de forma que todas as crianças sintam que nenhuma é incapaz e que todas podem aprender, mais rápido ou mais lento. (RITA).

Necessita-se de profissionais capazes de se envolver com a causa, dispostos a estudar e a cooperar com o processo de inclusão, os governos precisam tomar mais atitudes, porém quem está conduzindo o processo em sala precisa fazer a sua parte todos os dias.

#### **5.4. Formação Continuada**

A categoria falta de formação continuada ou curso na área da inclusão foi o que mais se comentou durante as entrevistas. Ao serem indagadas **como é o trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais**, percebe-se um incomodo muito grande das professoras e coordenadora por não terem ainda tido acesso as formações continuadas ou cursos referentes a educação inclusiva. Para confirmar o que se percebeu apresentam-se os relatos a seguir:

Apesar de não ter um curso direcionado para a área, procuro olhar essa criança da mesma forma que olho para as outras, são crianças que estão aqui para serem educadas e cuidadas e nós não podemos negar esse direito que elas tem. Recebo essa

criança, as vezes com medo, mas logo tenho visto que somos capazes de lidar com ela, basta que estejamos dispostos a aprender com quem sabe e aplicar esses conhecimentos. Para mim têm sido um trabalho gratificante, as famílias ficam satisfeitas com a nossa aceitação e com os cuidados que procuramos dá aos filhos delas. Mesmo assim, eu preciso aperfeiçoar-me através de um curso específico para poder dar um suporte melhor para os professores e conseqüentemente para as crianças. (ANA, coordenadora).

Sigo os passos aprendidos nas leituras, nas pesquisas e nas orientações que este ano venho recebendo do grupo de apoio. Procuo sempre integrar essa criança ao grupo fazendo com que ela participe juntamente com os outros de todas atividades. Apesar da ajuda que tenho recebido, acho que o ideal seria a nossa participação em uma formação continuada direcionada para a inclusão de crianças especiais, ai sim faríamos o nosso trabalho com mais segurança. (MARIA, professora).

Procuo tratá-la com respeito e não como coitadinha, respeitando os seus limites procurando engajá-la nas atividades pedagógicas e nas brincadeiras, principalmente nas tarefas em grupos, quando é possível. Para que o atendimento seja considerado melhor é preciso mudanças nas nossas escolas, na estrutura física, no pessoal, nos materiais, quando tudo isso for favorável a inclusão será algo mais real. Para mim as salas regulares é o ideal desde que tenha condições para recebê-lo. (RITA, professora)

Conforme os depoimentos das professoras entrevistadas, além da ausência de cursos ou formação continuada na área faltam recursos pedagógicos específicos para atender cada tipo de deficiência e de profissionais que ensinem como utilizar esses recursos. Mesmo com todas as dificuldades, nenhuma sugeriu a escola especial como a ideal para as crianças com necessidades educativas especiais.

Mesmo desprovidas de conhecimentos segundo os depoimentos, possuem uma importante visão da criança e da educação inclusiva, veja a fala da professora Rita quando indagada sobre como era o seu trabalho com a criança com necessidades educacionais especiais, inclusa em sua turma: “Procuo tratá-la com respeito e não como coitadinha, respeitando os seus limites procurando engajá-la nas atividades pedagógicas e nas brincadeiras, principalmente nas tarefas em grupos”, isso podemos chamar de respeito pela diversidade, cada pessoa têm o seu ritmo próprio, ou seja, têm o seu tempo para aprender.

Maria, outra professora, quando foi feita a mesma pergunta, ela assim respondeu: “Sigo os passos aprendidos nas leituras, nas pesquisas e nas orientações que este ano venho recebendo do grupo de apoio. Procuo sempre integrar essa criança ao grupo fazendo com que ela participe juntamente com os outros de todas as atividades”.

Nota-se que é bastante marcante a idéia de inclusão como integração, estamos sempre nos deparando com esse pensamento de que integrar é o mesmo que incluir. A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com

necessidades educacionais especiais e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.24). Enquanto integrar significa juntar ao grupo para que possam interagir, enfim são idéias que se complementam.

É importante aqui ressaltar que os programas de formação continuada precisam contemplar situações que levem os professores a construir e visualizar o papel político da sua atuação, e que tenham oportunidades para se apropriarem de conceitos e habilidades que os ajudaram a atuar com mais segurança. Pode-se dizer que um dos grandes desafios da formação de professores é prepará-los também para cuidar e educar crianças com necessidades educacionais especiais.

Para o desenvolvimento de uma escola inclusiva a Declaração de Salamanca sugere que deve existir:

Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares. (SALAMANCA, 1994, p.8).

Logo se pode notar que o processo de inclusão é muito complexo, pois não bastam termos professores capacitados, precisamos estruturar as redes de ensino em todos os seus aspectos e isso demanda uma postura política e filosófica a favor da inclusão em salas regulares.

### **5.5. Organização da Estrutura Física e Pedagógica**

Todas entrevistadas foram unânimes ao dizer que o CEI está preparado no que se refere à acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, portas mais largas, mobiliário adaptados, dentre outros aspectos), mas quando se referiram aos recursos materiais e pedagógicos para o atendimento as crianças com necessidades educacionais, as professoras falaram que estes são escassos e quando existe falta o conhecimento correto do uso. Os depoimentos a seguir comprovam as afirmações acima citadas:

Sim, nosso CEI (Centro de Educação Infantil) apresenta todas as condições físicas para receber essas crianças. Temos materiais como jogos, alfabeto móvel adaptado e outros, mas faltam os materiais específicos para cada dificuldade e alguém para nos ensinar a utilizá-los. (MARIA, professora).

Sim, quanto a isso não temos nenhum problema. Temos a equipe de inclusão que já falei, tem me ajudado bastante, com orientações e acompanhamento. O suporte é muito bom, fazia tempo que pedíamos que alguém nos ajudasse, pois é difícil lidar com crianças deficientes sem ter a preparação necessária. (RITA, professora).

Uma professora cita em sua fala os recursos materiais existentes no Centro de Educação Infantil, porém percebe-se que desconhece o manuseio desses recursos didáticos.

Não adianta equiparmos as instituições com os mais variados recursos se não preparamos o corpo docente para a utilização dos mesmos e estes terminam como enfeites das estantes e prateleiras.

Como as professoras podem ter habilidades para manusear e aplicar com eficiência os recursos materiais e pedagógicos se no seu processo de formação, segundo elas, não tiveram contato, ou seja, nenhuma vivência relacionada a aplicabilidade e uso desses materiais.

Para melhor atender as crianças com necessidades educacionais especiais a instituição segundo os depoimentos, conta com o apoio técnico e pedagógico do Núcleo de Inclusão da Secretaria Municipal da Educação. Esse Núcleo parece ser o ponto de apoio da instituição quando se fala de inclusão, todas as profissionais entrevistadas fizeram questão de ressaltar as contribuições que recebem desse setor, para um melhor desenvolvimento do trabalho delas com as crianças com necessidades educacionais especiais.

## **5.6. Projeto Político Pedagógico da Instituição**

A instituição possui o seu Projeto Político Pedagógico como a maioria das instituições da rede municipal de Educação de Pacatuba. Ao referir-se a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais o Centro de Educação Infantil traz em seu Projeto Político Pedagógico (2008, p.7) um subtópico intitulado “Do Tratamento Especial”, que assim menciona:

Os alunos que apresentam necessidades especiais deficiências físicas ou mentais, e portadores de outras habilidades ou em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados, terão tratamento especial de acordo com Estatuto da criança e Adolescente (Art.54. III), havendo quando necessário o serviço de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela da educação especial, buscando alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças transformando-se num espaço incluso comprometido com as minorias cujo grupo inclui os portadores educativos especiais, onde o espaço escolar será visto como espaço de todos e para todos.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico pode-se observar que ao se referir a inclusão a instituição compromete-se a oferecer tratamento especial as crianças inclusas, buscando

alternativas que garantam o sucesso e a permanência de todas as crianças. Percebe-se que apesar da efetivação de uma das ações baseadas no Projeto Político Pedagógico que é a matrícula da criança com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a instituição ainda não apresenta as condições ideais para que esta inclusão aconteça. Quem sabe a palavra correta poderia ser integração ao invés de inclusão.

Uma instituição educacional que se propõe a ser um espaço de todos para todos não deve negligenciar-se quanto às adaptações curriculares que devem ser feitas para melhor atender as crianças com necessidades educacionais especiais. A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11/09/2001 diz que deve ocorrer:

Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola [...]

De acordo com os depoimentos notamos que as professoras e coordenadora desconhecem as Diretrizes Nacionais para a Educação Inclusiva, assim como outras leis que amparam o direito de todos a educação. Apenas uma professora, com relação às leis falou: “Miguel chegou à sala, ele tem retardo mental, eu não sabia como trabalhar com ele, ai foi que eu abri os olhos, eu precisava aprender a lidar com ele e a ter noção até das leis, ai eu procurei saber na lei quais os direitos dele e quais os meus”.

De acordo com a coordenadora o Projeto Político Pedagógico foi construído coletivamente e que ainda este ano passará por uma revisão por conta das novas orientações que estão sendo estudadas pelas professoras na Formação Continuada para Educação Infantil oferecida pelo PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa).

Para Bussmann (2010, p.39): o Projeto Político Pedagógico “deve renovar-se constantemente, caso contrário estará negando-se a si próprio”. Sendo um instrumento onde a ação- reflexão-ação deve ser uma constante, ele deverá ser revisitado permanentemente, pois a sociedade vive passando por transformações, sejam políticas, econômicas, sociais ou outras e a escola necessita formar o cidadão que está inserido nesse novo contexto social, portanto o Projeto Político Pedagógico após a sua elaboração não deve ser considerado um documento pronto e acabado, que deverá ser arquivado e encaminhado para as secretarias de educação ou outros órgãos responsáveis pelo sistema educacional.

Ao tratar da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais é importante saber que concepção de criança, desenvolvimento infantil e aprendizagem o Centro de Educação Infantil registra em seu Projeto Político Pedagógico (2008, p.12).

Vejam os:

Concebe-se a criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo na construção de seu conhecimento. A Educação Infantil deve ser oferecida para, complementação à ação da família, proporcionando condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança. O processo de aprendizagem deve prover à criança, a ampliação de suas experiências e conhecimento, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social. Deve-se ainda contribuir para que a interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

Considerando que as interações sociais são de grande importância no trabalho de cuidar e educar as crianças que ingressam na Educação Infantil, como aponta os pressupostos básicos da teoria histórico-cultural, representada pelo pensamento de Vygotsky (1896 – 1934). O Centro de Educação Infantil em seu Projeto Político Pedagógico considera a criança uma cidadã que se encontra em processo de desenvolvimento.

Diante disso as trocas recíprocas entre as crianças e também das interações com o meio são importantes quando se visa um desenvolvimento pleno desses pequenos seres. De acordo com os pressupostos vygotksyanos os professores da Educação Infantil devem agir como agentes mediadores do processo de ensino-aprendizagem, incentivando as crianças a conviverem e aprenderem conjuntamente.

### **5.7. Atuação do Suporte Pedagógico na Instituição**

A coordenação e professoras foram feitas as seguintes perguntas; **Você ou sua escola tem tido algum suporte para lidar com os casos de inclusão? Se sim, de quem? Como você avalia o suporte que tem recebido?** Assim elas responderam:

O Núcleo de Apoio a Inclusão, através da psicóloga e da psicopedagoga vem dando todo o apoio necessário. Quando sentimos alguma dificuldade ou o atendimento não está satisfatório a gente conversa. No caso do Carlos Daniel a professora do AEE todas as segundas-feiras faz o atendimento dele. O suporte que tenho recebido é muito bom, pois têm nos ajudado a dar mais atenção e o apoio que as crianças precisam para se desenvolver, mesmo que de forma lenta. (ANA-coordenadora).

A Secretaria de Educação através do Núcleo de Apoio a Inclusão vem ajudando, a psicóloga, as psicopedagogas e as professoras do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e às vezes a assistente social fazem o acompanhamento das crianças. A ajuda é muito positiva, uma vez por semana a professora do AEE faz o acompanhamento individual das crianças. (RITA – professora).



Nos depoimentos percebe-se que há uma atuação efetiva da equipe multidisciplinar que compõe o Núcleo de Inclusão da Secretaria Municipal da Educação na instituição. Segundo a coordenadora pedagógica além do atendimento individualizado as crianças com necessidades educacionais especiais a equipe multidisciplinar sabendo que sem o apoio e o comprometimento da família, a inclusão destas crianças na escola e no meio social fica difícil, a equipe vem fazendo um trabalho que consiste em encontros e visitas domiciliares as famílias que tem crianças inclusas, mostrando para elas a importância da educação para os seus filhos e o quanto eles podem avançar junto com as outras crianças.

O apoio da Secretaria Municipal da Educação é evidente na fala das profissionais, segundo elas a equipe do Núcleo de Inclusão tem dado o apoio psicológico e psicopedagógico necessário para que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais aconteça de fato.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino do município de Pacatuba-Ce, precisamente na Educação Infantil. Dentre dos resultados apresentados identifica-se o esforço que as professoras e coordenadora pedagógica vêm tendo no sentido de não só integrar as crianças, mas de realmente incluí-las. O depoimento da maioria das participantes evidencia uma posição favorável à inclusão dessas crianças no ambiente escolar a partir da Educação Infantil.

Professoras e coordenadora pedagógica parecem acreditar que a Educação Inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada necessita que haja transformações significativas na política e no sistema educacional de ensino em vigor.

A instituição educacional pesquisada abriu suas portas para as crianças com necessidades educacionais especiais, mas o que verificamos através da análise das respostas das professoras entrevistadas é que a falta de preparo técnico e pedagógico adequado para receber de fato essas crianças, é um dos obstáculos que precisa ser enfrentado.

Apesar da falta de qualificação na área, alguns aspectos positivos foram constatados. A afetividade diante das crianças pode ser percebida no decorrer da entrevista, ao falar delas, as palavras como: cuidado, aceitação, atenção, respeito, paciência e carinho estão bastantes presentes, isso nos demonstra o quanto às professoras pode estar sensibilizadas diante da necessidade de não só receber essa criança, mas de encaminhá-la para a vida.

Com relação ao trabalho desenvolvido em sala de aula, as professoras demonstraram insegurança, “recebo essa criança, às vezes com medo”, “ficava logo assustada” essas foram expressões presentes nas narrativas. Acreditamos que ações articuladas mais concretas como a formação dos professores devem existir para que os profissionais sintam-se preparados para o processo inclusivo. Apesar da insegurança o corpo docente da instituição pesquisada tenta incluir ou integrar as crianças utilizando-se dos poucos recursos humanos, materiais e pedagógicos que possuem.

Diante dos depoimentos das professoras e coordenadora pedagógica fica claro que não se pode pensar a atuação do professor ou professora de Educação Infantil diante da inclusão

sem refletirmos sobre sua formação. Torna-se importante problematizarmos sobre a formação, nos cursos de graduação, de profissionais da educação que atuam na Educação Inclusiva.

Outra questão relevante foi à falta de conhecimentos sobre as leis, quando perguntada se conhecia as leis que amparam à inclusão a coordenadora respondeu: “não conheço bem as leis”, é comum a falta de informações sobre as leis, infelizmente não faz parte da cultura do nosso povo o estudo das leis que regem o nosso país. O professor precisa conhecer o que a legislação contempla a fim de cobrar dos órgãos competentes a efetivação do que está garantido nas leis.

Muito se fala sobre inclusão, mas se desconhece as bases legais, nos últimos anos a entrada de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino foi bastante expressiva, uma parte das leis foi então cumprida, o ingresso no sistema educacional de ensino foi assegurado. A respeito da qualidade da educação oferecida as crianças com necessidades educacionais especiais, o que se tem feito é suficiente? Em futuros estudos, acredita-se que essa questão precisa ser retomada por pesquisadores também preocupados com uma oferta de educação inclusiva de qualidade.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico, este contempla a inclusão, embora o texto seja bastante restrito, resumindo-se apenas a descrição do Art.54. Inc. III do Estatuto da Criança e Adolescente. No decorrer da análise documental nota-se que o Centro de Educação Infantil se preocupa com a formação cidadã das crianças matriculadas na instituição. Quando referi-se ao desenvolvimento e a aprendizagem, apóia-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky, acreditando que as crianças se desenvolvem e aprendem quando interagem com o outro e com o meio sócio e cultural em que estão inseridas, independente das condições em que se encontram.

O Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento que auxilia o processo inclusivo e este deve ser norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos em que se viabilizem as potencialidades humanas em suas diversidades, onde mesmo com sua capacidade criativa e adequabilidade invente e reinvente modos e meios de agir e interagir. Em que a capacidade de remover barreiras de acessibilidade, constatar os problemas e encaminhar as soluções, respeitando as diferenças, elementos indispensáveis na trajetória de superação dos limites e ampliações das possibilidades de transformar e construir uma sociedade para todos.

Para as docentes e coordenadoras, a presença do suporte pedagógico é de grande valia, pois consideram o apoio das especialistas fundamental para que possam atuar com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. A equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação de Pacatuba, segundo os depoimentos é uma grande parceira nesse momento em que a inclusão já está acontecendo e as professoras não se sentem capacitadas para agirem frente às crianças inclusas em suas turmas.

Apesar das dificuldades e dos entraves que ainda se apresentam quando tratamos de inclusão, principalmente na Educação Infantil, se tem visto nos últimos tempos alguns avanços, embora tímidos. As instituições educacionais estão abrindo as suas portas para receber essas crianças, mesmo sem contar na maioria das vezes com uma estrutura física e pedagógica que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem desses pequenos cidadãos.

Os resultados obtidos com a pesquisa confirmam que é preciso um maior investimento no sistema educacional como um todo, pois a ausência de infra-estrutura, de recursos materiais e humanos adequados, prejudica a todos, e falando de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil, se teve a oportunidade através desse estudo de se perceber o quanto esses fatores podem influenciar no processo de inclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMONCZ, Anete; SILVÉRIO, V; F; TEBET, G (Orgs). **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.) **Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP /MEC**, Brasília, 2004.
- ARANTES, Valéria (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional especializado**, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva. Inclusão: Revista da educação especial**, v. 4. N. 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL, **Padrões de infra-estrutura para as instituições de educação infantil e parâmetros de qualidade para a educação infantil**. Encarte 1. MEC/SEF, 2006.
- BRASIL, **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, vol.1,2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUSSMANN, A. C. **O projeto político-pedagógico e a gestão da escola**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 28. ed. São Paulo: Papyrus, 2010.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff. (Coleção Educadores)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- CARNEIRO, Moacir Alves, **LDB fácil: leitura critica- compreensiva artigo a artigo**. 12º ed. Vozes, Petrópolis, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.
- DEL PRIORE, M. **História da Infância no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.
- DOURADO, Fátima. **Amigos da Diferença: Uma Abordagem Relacional do Autismo**. Edições do Legislativo – Projeto Parceria. Fortaleza, 1996.
- FIGUEIREDO, R. V. **A educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação**. 2000.
- FIGUEREDO, R. V.: POULIN, J. **Aspectos funcionais do desenvolvimento cognitivo de**

- crianças com deficiência mental e metodologia de pesquisa.** In: Silvia Helena Vieira Cruz. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008, v. 1.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.
- GOTTI, Marlene. **Integração e inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial.** Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. Londrina, UEL, 1998.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. ROSA, Ubiratan. **Grande dicionário desafio educacional: língua Portuguesa: espanhol – português – espanhol.** 1ed. – São Paulo: Rideel.
- IVIC, Ivan. Edgar Pereira Coelho (org.). **Lev Semionovich Vigotsky.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEI FEDERAL 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Ed. Palloti, Santa Maria, 1996.
- LUDKE, M. ANDRE. M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MANTOAN, Maria Tereza E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** In: Revista de Estudos jurídicos, n. 26, jul./set. Brasília, 2004.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- MARQUES, Luciana Pacheco. **Professores de alunos com deficiência mental: formação e concepções.** Artigo. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.
- \_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 22/04/2012.
- MEIER, m. GARCIA, S. **Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky.** Curitiba: 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas.** 1 ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- OLIVEIRA, M.K.: VIGOTSKY, L. S. **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo. Editora Scipione, 1993.
- PACATUBA, **Projeto Político Pedagógico**, 2008.
- PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. **Educação Infantil: resposta educativa a diversidade**. Porto Alegre, Artmed, 2007.
- PIETRO, Rosângela Gavioli, **Inclusão escolar: pontos e contrapontos?** Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Pietro: VALÉRIA Amorim, organizadora. São Paulo: Summus. 2006.
- PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. São Paulo: Ática, 1998.
- PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO, Pacatuba, 2007.
- QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: VON SIMSON, O. M. (org. intr.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.
- Revista Criança, do professor de Educação Infantil. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil**, p.19. Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação Infantil – DPE/SEB. 44 ed. Brasília, 2007.
- Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, v.1,n.1 (out.2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
- Revista nova escola. Fundação Victor Civita. Ano XXVI nº 239. Ed. comemorativa 25 anos. **Inclusão não basta matricular**, p.142. Fundação Victor Civita. Ano xxvi nº 239, janeiro/fevereiro, 2011.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, I. de L. **Dilemas morais e deficiência mental: desafiando as diferenças**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.84p 48p: Il. 25 cm. – (Coleção Família & Escola: 1). CDD (22ª ed.) Curitiba: Base Editora, 2008
- SACRISTAN, Gimeno; VIEIRA, Ana Maria, ALCUDIA, Rosa... et al. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SEDUC, **Orientações Curriculares para a Educação Infantil**./Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Fortaleza, 2011.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, **Proposta Pedagógica**. Pacatuba, 2008.
- SOUZA, Oralda Adur de, LOCH, Valdeci Valentim. **Relações familiares**. Editora base sistema educacional, 2008.
- TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<http://www.lettras.com.br/#!Geraldo-vandre/prá-não-dizer-que-eu-não-falei-das-flores>

[www.topmusicas.net/.../viver-e-nao-ter-a-vergonha-de-ser-feliz.htm](http://www.topmusicas.net/.../viver-e-nao-ter-a-vergonha-de-ser-feliz.htm)



# ANEXOS

**ANEXO A****ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

Prezadas professoras e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil

Esta pesquisa faz parte de um estudo de Especialização em Educação Infantil cujo objeto de pesquisa é, “A Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil”, contamos com a participação de todas e agradecemos a atenção.

**1. IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

**2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Instituição em que se formou: \_\_\_\_\_

Graduação: \_\_\_\_\_

**3. ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Cargo que exerce na escola: \_\_\_\_\_

Tempo que atua como professora: \_\_\_\_\_

Formação continuada ou curso na área da inclusão: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

-Você tem conhecimentos sobre educação inclusiva?

( ) Sim

( ) Não

Quais?

-Você poderia falar um pouco sobre suas experiências na área.

\_\_\_\_\_

-Você já teve ou tem alunos incluídos na sua turma? Conte como se deu o processo de inclusão desse aluno na turma.

---

( ) Sim                      ( ) Não

-Como está sendo o seu trabalho com turmas inclusivas, ou seja, turmas com crianças portadoras de necessidades especiais e crianças sem necessidades especiais?

-Sua escola está organizada/estruturada para promover a inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais nas salas regulares no que se refere aos aspectos:

-acessibilidade (rampa, banheiros adaptados, porta mais largas, mobiliário adaptados, dentre outros aspectos)?

-Você ou sua escola tem tido algum suporte para lidar com os casos de inclusão? Se sim, de quem? Como você avalia o suporte que tem recebido?

-Como vem se dando o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais? Qual o seu papel?

-Como é o seu trabalho com a criança especial?

-Você faz algum tipo de adaptação, ou planejamento diferenciado?

-O que você considera como melhor atendimento para esse aluno portador de necessidades educacionais especiais?

**ANEXO B****DECLARAÇÃO**

Eu, **Maria Luiza Gomes de Assunção** RG n° 2928664/94, com licenciatura em **Linguagens e Códigos**, declaro, para os devidos fins, ter realizado a correção ortográfica e gramatical bem como a formatação, de acordo com o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará (UFC), da monografia intitulada: “**A Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil**”, de autoria de **Maria Herbene de Sousa Cordeiro**, aluna regularmente matriculada no Curso de Especialização em Educação Infantil, oferecido pela Faculdade de Educação/UFC.

Município, Pacatuba, 22/02 /2013

---

Maria Luiza Gomes de Assunção

Telefone: (85) 3345-1737